

filantropia & gestão social



Brasil – Edição 43 – Nov./Dez. – 2009

Ponto de vista

Paulo Muçouçah, da OIT, fala sobre os empregos verdes

Administração

Conheça os conceitos do RH sustentável e seus efeitos no trabalho da equipe

Responsabilidade social

Utilização responsável de recursos leva à gestão ambientalmente sustentável

Planejamento estratégico promove ações eficazes para atingir os objetivos da instituição



Na mira do MARKETING

Atuando há 20 anos como jornalista, Caco Barcellos usa a notícia como ferramenta de denúncia e luta pelos direitos humanos

Entrevista
Caco Barcellos



“Desde pequena eu gosto de cozinhar. Só não imaginava que um dia eu estaria no Programa Nutrir fazendo a merenda de 430 alunos. Quando vejo o entusiasmo das crianças em experimentar coisas novas e saber mais sobre alimentação, é como um presente para mim. O Nutrir é contagiante. Ele une o setor pedagógico da escola com a merendeira, nos dá conhecimento e valoriza cada uma de nós. Para mim, é a escola de crescer como gente.”

Rita de Cássia, Natal, RN

Merendeira

O Programa Nutrir da Nestlé completa 10 anos de trabalho voltado para o combate à desnutrição e à obesidade em comunidades de baixa renda do país. Conheça mais sobre essa iniciativa que já capacitou 11 mil educadores e beneficiou 1,2 milhão de crianças. www.nestle.com.br/nutrir

 **Nestlé**
Good Food, Good Life



Editorial

Continuo sendo + Brasil!

Quem me conhece pessoalmente ou acompanha meus textos sabe que sou um eterno e incansável defensor do desenvolvimento e da sustentabilidade por meio do turismo.

Quando passo por cada canto deste país continental, lamento o tempo que estamos perdendo (e, consequentemente, o dinheiro) por não assumirmos de vez o papel de "quintal" do mundo, estabelecendo o Brasil como um dos principais destinos turísticos.

Em nenhum outro país há tanta diversidade ambiental, paisagística e cultural – desta, deriva-se ainda a infinidade de pratos gastronômicos criados aqui e as diversas tribos musicais que compõem nosso repertório. E todo esse potencial turístico não é devidamente aproveitado nem pelos municípios, nem pela iniciativa privada. Segundo dados mais recentes do IBGE, o turismo brasileiro movimentou R\$ 149,642 bilhões de reais em 2006, ou cerca de 3,6% do nosso PIB. Teria facilmente condições de movimentar 3, 4 ou 5 vezes mais se estivéssemos mais capacitados. O que significa que cerca de 20% de nossas riquezas seriam movimentadas através do turismo interno e estrangeiro.

Temos uma Copa do Mundo e uma edição das Olimpíadas pela frente, e pouco mais de quatro anos para nos preparar. Observar os detalhes, pensar universalmente e rever cada item de nossas atividades a fim de tratar os turistas – internos ou estrangeiros – da melhor forma possível. Não é só deles que precisamos para colocar lenha na fogueira, mas das indicações que eles farão ao retornarem às suas terras natais.

Mão de obra não falta. Pique de trabalho, alegria, hospitalidade, entre tantas outras qualidades de nossa gente, construirão esse imenso "parque" de 8,5 milhões de km².

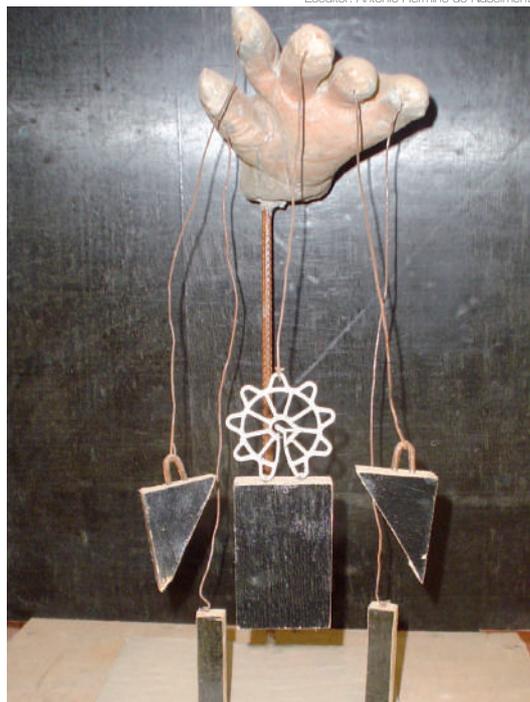
Ao setor social, cabe identificar as tantas oportunidades que esse crescimento turístico propiciará. Projetos de geração de renda, profissionalização, inclusão pelo esporte e educação ambiental são só algumas das dicas que podem prover as ONGs de parcerias com o Governo e com a iniciativa privada.

Nos próximos dez anos do Brasil, viveremos uma grande transformação que, se Deus quiser, não terá volta. Vamos começar essa mudança desde agora?

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br

Em tempo: aos meus amigos cariocas e aqueles que moram, trabalham ou, assim como eu, têm uma **PAIXÃO pelo Rio**: a conquista da sede das olimpíadas na Cidade Maravilhosa fará consolidar nosso Rio de Janeiro como a **cidade mais linda do mundo**. Em beleza natural, ela já é. Agora, será também em infraestrutura, pois o legado ficará para nós e para nossos filhos. Cabe a todos nós "auditar" as gigantes verbas que serão destinadas/desviadas das obras...

Escultor: Antonio Hermino do Nascimento



Escultura exposta na Galeria Mestres da Obra, resultado dos trabalhos realizados com resíduos de construção. A iniciativa é da Associação Mestres da Obra, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento humano dos trabalhadores da construção civil



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais



Sumário



04

Entrevista

Cacó Barcellos

Jornalista conta sua experiência profissional na luta a favor dos direitos humanos



36

Capa

Planejamento de marketing

Estratégias planejadas propiciam melhores resultados para as ações de marketing das organizações sociais



42

Especial

Pnad

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, traça perfil social dos brasileiros



50

Responsabilidade social

Gestão ambiental

Empresas adotam programas de gestão para atuarem de maneira sustentável

Acontece	08	Sustentabilidade	44
Ponto de Vista	14	Meio Ambiente	48
Captação de Recursos	16	Case Empresarial	54
Administração	18	DataFilantropia	56
Contabilidade	20	Serviços	58
Voluntariado	24	Geração de Renda	62
Legislação	28	Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zepellini Editorial Ltda.

Rua Doutor César, 530, cj. 1.308

CEP 02013-002

São Paulo/SP – Brasil

PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zepellini (MTB 43.722/SP)

Coordenadora de Gestão Social
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)

Administração
Mauro Zepellini
Stefany Herrán Martins

Comercial
Hilton Rocha da Justa
Departamento de Eventos
Carolina Brascioli
Rogério Ramos Costa

Atendimento
Ana Luísa Morais do Nascimento
Raquel Siqueira Gomes

Colaboradores
Luciano Guimarães
Paula Craveiro
Valeuska de Vassimon

Coordenação de Arte
Adriano Aguina
Assistente de Arte
Rafael Sarto
Assistente Editorial
Cristiane Gonçalves Cabral

Diagramação
Karine dos Santos Barbosa
Ruben Moreira da Silva
Vinícius Pinheiro Mendes
Viviane Siqueira Vilela
Controle Editorial
Janaina Beltrame dos Santos

Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues

Revisão
Angela Satomi Kajita
Angélica Beatriz Halcsik
Melina Marin de Castro

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zepellini
Marcos Biasioli
Mauro Zepellini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Mílú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zepellini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



São Paulo-SP

25 de novembro

Contabilidade e gestão de igrejas e organizações religiosas

Marcelo Roberto Monello
Sergio Roberto Monello

4 de dezembro

Captação de recursos por meio de incentivos fiscais

Danilo Brandani Tiisel
Michel Freller

15 de dezembro

Reconhecimento de marca, comunicação e marketing de projetos sociais – repaginado

Marcio Zeppelini

26 a 30 de janeiro de 2010

Imersão em captação e mobilização de recursos

Carol Zanoti, Felipe Mello, Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini, Michel Freller e Rodrigo Alvarez

Rio de Janeiro-RJ

27 de novembro

Desenvolvimento e profissionalização de um departamento de captação de recursos

Marcelo Estraviz

30 de novembro

Prestação de contas para entidades do Terceiro Setor

Marcelo Monello
Ivan Pinto

Belo Horizonte-MG

9 de dezembro

Atualização contábil para o Terceiro Setor

Ivan Pinto
Ricardo Roberto Monello

Treinamentos em Gestão Social



diálogo
social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

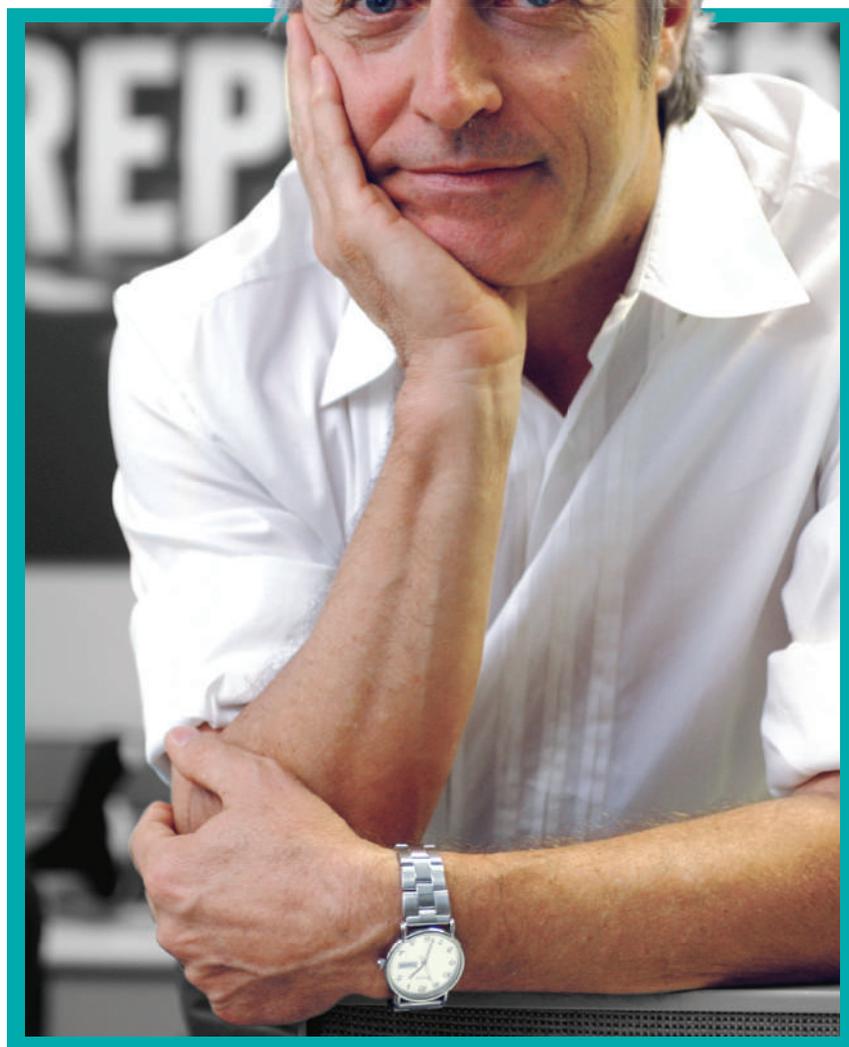
(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Direitos humanos **em pauta**



Conhecido por seu engajamento em questões sociais, Caco Barcellos aborda as notícias do ponto de vista humano

Injustiça social, violência e desrespeito aos direitos humanos. Tais assuntos, que compõem diariamente os noticiários de TV, os jornais impressos e as notícias da internet, são tratados com maestria, profundidade e humanidade pelo jornalista Cláudio Barcelos de Barcelos, mais conhecido como Caco Barcellos. Nascido na periferia de Porto Alegre, foi taxista durante algum tempo para, depois, atuar como repórter no jornal gaúcho Folha da Manhã.

Antes de começar a trabalhar na Rede Globo, atuou como jornalista em revistas semanais de grande alcance e já foi correspondente internacional em Nova York e em Londres. Com mais de 20 anos de experiência, Caco sempre focou suas reportagens e livros no âmbito social – sua obra *Rota 66*, que traz as histórias da “polícia que mata” em São Paulo, lhe rendeu um Prêmio Jabuti em 1993 e é um exemplo disso: sua investigação levou à identificação de 4,2 mil vítimas da Polícia Militar de São Paulo.

Escreveu também *Abusado, o dono do morro Dona Marta*, relato sobre o tráfico nas favelas do Rio de Janeiro, e *Nicarágua: a revolução das crianças*, sobre a queda da ditadura militar no país. Em 2008, recebeu o Prêmio Especial das Nações Unidas como um dos cinco jornalistas que mais se destacaram na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Atualmente, à frente do semanal *Profissão Repórter*, Caco e um grupo de jovens repórteres mostram a realidade de pessoas que vivem em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Revista Filantropia: Como você começou a se envolver com as questões sociais no seu trabalho?

Caco Barcellos: Quando comecei a atuar com jornalismo efetivamente, era a época da ditadura militar. Por conta disso, era muito difícil que os políticos e as autoridades dessem entrevistas e declarações para os jornalistas. Nesse período, os problemas sociais eram muitos e, por isso, comecei a ter contato com as pessoas comuns, que enfrentavam as situações, para fazer as reportagens. Consequentemente, passei a me ligar nas questões mais voltadas para o social e para a realidade da população.

RF: Qual foi sua primeira obra de destaque com foco na área de direitos humanos?

CB: Minha primeira obra de destaque na área foi o livro *Nicarágua: a revolução das crianças*. Tratava-se de uma guerra contra um sistema ditatorial em que a população venceu o sistema, fato que nunca havia acontecido, nem na Argentina, nem no Brasil ou nos Estados Unidos. Tive a sorte de estar lá fazendo a cobertura da guerra para um jornal para o qual escrevia, então, estava realmente ao lado das pessoas comuns, dos moradores, sentindo a realidade deles naquele momento. Passei pela situação com eles, poderia ter morrido na guerra, assim como eles. Então, considero esta uma obra importantíssima no que diz respeito aos direitos humanos. Depois, escrevi o *Rota 66*, sobre a polícia militar de São Paulo, e

Abusado, o dono do Morro Dona Marta, sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

RF: Como você descreveria a situação dos direitos humanos no Brasil hoje?

CB: Acredito que a situação esteja melhor. Passamos por muitos avanços, mas pequenos, eu diria. Claro que, em relação às questões políticas, houve muitos avanços se compararmos à época da ditadura militar. As pessoas têm muito mais liberdade do que antigamente. Porém, em questões comuns, continua a mesma coisa de sempre. A situação de vida de algumas pessoas em todos os Estados brasileiros está muito aquém dos direitos humanos, inclusive no eixo Rio-São Paulo, e não somente no Norte e Nordeste, como se imagina. Também acho que as pessoas deveriam ser tratadas de forma mais igualitária. Até hoje, o Estado atua de forma muito violenta sobre a sociedade, e isso deveria mudar. Somente são tomadas atitudes para mudar alguma realidade de verdade quando o problema envolve pessoas que têm influências e poder, e não quando se trata da população em geral, e isso, para mim, é um grande erro que ainda é presente.

RF: Você acredita que a questão do tráfico e da polícia tem algum tipo de solução?

CB: Em relação ao crime de maneira geral, acredito que haja, sim, uma solução até bem simples. A mais inteligente,

Caco Barcellos, atualmente à frente do programa Profissão Repórter, relata situações envolvendo os direitos humanos e a desigualdade social



Gostaria que a atuação das ONGs não fosse necessária. Somos um país muito solidário, muito bom e, por isso, elas existem. Mas, na verdade, existem porque temos muitos problemas sociais

em minha opinião, seria um posicionamento não violento do Estado. Isso por si só já resolveria bastante coisa. A questão é grave e envolve muita violência, de ambas as partes. Porém, se o Estado ainda colabora com isso, que é o que acontece atualmente, fica mais difícil solucionar a situação. A intervenção não violenta do Estado se dá em outros países, e os resultados são eficientes. Então, creio que esse seria um bom caminho para começar.

RF: Você sente que suas reportagens e publicações surtem efeitos positivos?

CB: Não sei se têm muito efeito, na verdade. Como jornalista, fica difícil mensurar o impacto que as reportagens têm realmente nas pessoas que as leem ou assistem. Mas uma mudança que considero muito importante, que aconteceu depois da publicação do *Rota 66*, em 1993, foi que, antes, os crimes eram julgados pela polícia e, depois, passaram a ser julgados por júri popular. Já é péssimo que a legislação fique nas mãos de quem tem poder. Então, para mim, essa foi uma mudança importantíssima. Claro que o livro não foi o único responsável por essa alteração, mas certamente foi um dos impulsionadores. De resto, entretanto, não senti nenhuma mudança muito impactante.

RF: Como são abordadas as questões sociais no programa Profissão Repórter?

CB: Procuramos falar de assuntos que interessam à grande parte da população, porém, sempre buscando

histórias com um foco social. Preferimos nos ater a histórias de anônimos que passam por alguma situação e que têm algo a nos ensinar com isso. Ouvimos aqueles que realmente vivem os problemas sociais dia a dia.

RF: O que você acha da atuação das organizações sociais no Brasil?

CB: O que eu gostaria realmente é que a atuação das ONGs não fosse necessária. Somos um país muito solidário, muito bom e, por isso, elas existem. Mas, na verdade, existem porque temos muitos problemas sociais. Com as características do nosso povo, não poderiam mesmo deixar de existir. Mas gostaria que elas não precisassem atuar, que os direitos das pessoas fossem colocados em prática. Mas é claro que o papel delas é extremamente importante, essencial. Elas fazem muitas coisas que o governo deveria estar desenvolvendo.

RF: Você acha que o desenvolvimento social no país melhorou em comparação, por exemplo, a dez anos atrás?

CB: Se fizermos a comparação, com certeza o desenvolvimento social melhorou em diversas questões. Só o fato de termos 32 milhões de pessoas que ascenderam de classe social nos últimos anos, passando a integrar as classes A, B e C, já é muito importante. Ao mesmo tempo, quase 21 milhões de pessoas deixaram as classes D e E também, então, é possível dizer que estamos melhorando bastante. 

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





Seminário 20 Anos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

Wilson Dias/ABR

Convenção dos Direitos da Criança

No dia 15 de outubro a Câmara dos Deputados comemorou os 20 anos da Convenção dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. A comemoração consistiu em um debate para a discussão sobre as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes desde o estabelecimento da convenção. O aspecto mais reivindicado pelas organizações foi a descentralização das políticas, que são voltadas para as capitais e deixam de lado os pequenos municípios. A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Carmem Oliveira, trouxe os destaques do desenvolvimento do assunto nesses 20 anos: redução da mortalidade infantil; retirada de mais de 5 milhões de crianças e adolescentes do trabalho infantil; e mobilização para o combate à exploração sexual.

 www.agenciabrasil.gov.br



Fórum Nacional Mais Livro, Mais Leitura nos Estados e Municípios

Bruno Feres

Novo projeto de livro e leitura

Em 7 de outubro foi realizado o Fórum Nacional Mais Livro, Mais Leitura nos Estados e municípios, promovido pelos ministérios da Cultura e da Educação e pelo Instituto Pró-Livro. Na ocasião, foi lançado o projeto A Leitura e o Livro nos Planos Municipais e Estaduais (PMLL e PELL), criado para fomentar a elaboração desses trabalhos e sua implantação nas localidades. Durante o evento, destinado aos dirigentes estaduais e municipais de educação e cultura, parlamentares, prefeitos, representantes das entidades do livro e especialistas na área, houve palestras e mesas de debates que discutiram a formulação de políticas públicas do livro e da leitura, a importância da democratização do acesso a esses meios como condição para a inclusão social e para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano nos municípios e Estados brasileiros.

 www.prolivro.org.br



Audiência pública sobre o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros

José Cruz/ABR

Diagnóstico da violência no país

A CPI da Violência Urbana realizou audiência pública em 29 de setembro para fazer um diagnóstico da violência no país. Foram convidados o secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Ronaldo Teixeira da Silva, e o secretário nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri. O debate foi proposto pelo relator da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que pretende avaliar o quadro nacional da violência, colher sugestões para o combate à criminalidade e discutir as possibilidades de utilização da Força Nacional de Segurança Pública de forma mais efetiva e permanente.

 www.camara.gov.br



Minhocários domésticos

Divulgação

Minhocários domésticos

A formação de minhocários domésticos será adotada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) nas comunidades carentes atendidas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. O projeto foi apresentado em outubro ao ministério pela organização não-governamental Minhocasa. A proposta visa à conscientização da população sobre a necessidade de reciclagem do lixo produzido em casa, de modo a preservar o meio ambiente. A ideia foi desenvolvida na Austrália, como política pública para transformação do lixo orgânico em adubo sólido e líquido, e trazida ao Brasil pela educadora ambiental Kika Danna, fundadora da ONG. A secretaria já está trabalhando na coleta seletiva como meio de inserção e inclusão social do catador, associando a atividade ao artesanato e aos trabalhos alternativos.

 www.minhocasa.com



O ministro-conselheiro da Embaixada da China no Brasil, Zhu Qingqiao, participa do seminário China-Brasil, em Brasília

Diálogo Brasil-China

Os representantes do alto escalão do Governo da República Popular da China que participaram, em Brasília, da Missão de Estudos China-Brasil: Ampliando a Agenda de Cooperação em Proteção Social, elogiaram os programas brasileiros de proteção social e destacaram várias lições aprendidas durante a Missão. O objetivo foi ampliar espaços de diálogo e troca de experiências entre China e Brasil na área de proteção social. Os representantes do governo chinês participaram de reuniões com órgãos do governo brasileiro responsáveis pela gestão da rede de promoção e proteção social. Os delegados chineses se reuniram com gestores do Ministério do Desenvolvimento Social, da Saúde, da Previdência Social e do Desenvolvimento Agrário, Agência Brasileira de Cooperação, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

www.ipc-undp.org



Lixão da Vila Estrutura, no Distrito Federal, inspecionado em 2009 por ocorrências de trabalho infantil

Pela erradicação do trabalho infantil

Juntamente com os governos da Bolívia, do Equador, do Paraguai e do Timor-Leste e com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil vai oferecer esforços para a erradicação do trabalho infantil. Para isso, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vai repassar US\$ 2 milhões, por aproximadamente dois anos, para que os cinco países executem os projetos que propõem estratégias para acabar com a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Com os projetos assinados, os países se comprometeram a erradicar o trabalho infantil até 2020 com atividades de fiscalização e de identificação de saúde pública. Serviços de denúncia por telefone, como o que já existe no Brasil, serão ampliados.

www.abc.gov.br

Inclusão bancária

Foi lançado em Brasília o Projeto de Inclusão Bancária, que vai aproximar os beneficiários do Bolsa Família do Sistema Financeiro Nacional, fazendo com que eles tenham acesso à conta bancária, à poupança e ao microcrédito. Atualmente, 2,01 milhões de beneficiários já têm a conta simplificada da Caixa Econômica Federal. A meta é chegar a 4 milhões até o próximo ano. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pretende desenvolver ações para incentivar a abertura de contas e criar cartilhas para explicar o funcionamento dos serviços financeiros. Segundo o ministro Patrus Ananias, "a ideia é capacitar as pessoas, ensinar técnicas financeiras básicas, cálculos, valor de produtos, para que elas possam, depois, entrar em programas emancipatórios, como os de microcrédito".

www.mds.gov.br

Uso sustentável da biodiversidade

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou em 26 de agosto a instituição da Política Brasileira de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia e outros biomas nacionais. Prevista no projeto de lei nº 7.675/06, do deputado Luiz Bassuma (PT-BA) e da ex-deputada Mariângela Duarte (SP), a política contém medidas para fomentar a pesquisa, a capacitação tecnológica e a instalação de indústrias na área de biotecnologia em todos os biomas brasileiros. Também propõe a exploração sustentável da diversidade biológica e a inserção das comunidades tradicionais nessa atividade.

www.camara.gov.br

Inauguração de cisternas

No dia 26 de outubro, o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, inaugurou 13,4 mil cisternas de placas em 61 cidades do Ceará. A construção é feita por meio de convênio com os municípios, Estados e a Articulação do Semiárido (ASA). Tauá, uma das cidades do Ceará, recebeu 400 cisternas e, também, um Centro Comunitário de Produção (CCP) para os produtores de leite. O produto será vendido ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA de Tauá entrou em funcionamento em conjunto com uma central de abastecimento – de lá, os alimentos são encaminhados para doações a creches, asilos, escolas públicas e outras entidades de assistência social.

www.mds.gov.br

Fundo para inclusão digital de população carente

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou em 23 de setembro o projeto de lei nº 7.394/06, que estabelece critérios para o financiamento de programas de capacitação tecnológica da população de baixa renda e cria o Fundo de Extensão da Educação Profissional (Feep). O objetivo é proporcionar a inclusão digital da população carente e aumentar as oportunidades dessas pessoas no mercado de trabalho. Entre as ações voltadas para a capacitação tecnológica da população, o projeto prevê atividades de extensão em universidades públicas e de assistência técnica e extensão rural. A implementação dessas ações será financiada pelo Feep, constituído, entre outras receitas, por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

www.camara.gov.br



Professor utiliza ferramenta Edulab durante aula inaugural do projeto em São Paulo

Ferramenta hipermídia nas escolas

Por meio do Instituto para o Desenvolvimento da Informática Educativa, projeto da Fundação Telefônica e da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, o Brasil testará o Educalab, nova ferramenta hipermídia de uso pedagógico na internet desenvolvida pelo Laboratório do Centro EducaRede de Formação Avançada, da Espanha. O uso-piloto começou em 3 de outubro, com a formação de um grupo de professores das redes públicas do Estado de São Paulo e municipais da capital e de São Bernardo do Campo, além de escolas particulares. O conceito que permeia o Educalab é o de “novas escritas, novas leituras”, pois todo o conteúdo pode ser construído com recursos multimídias, com a inserção de textos, filmes, planilhas, entre outros, de maneira inovadora. O foco é a criatividade e a colaboração.

www.fundacaotelefonica.org.br



Participantes do projeto durante plantio de uma muda

Plant for the Planet no Brasil

A Accor Hospitality, segmento hoteleiro do Grupo Accor e líder em número de hotéis na América Latina, lançou o projeto Plant for the Planet (PFTP) no Brasil. O PFTP é uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente por meio de uma campanha em prol do plantio de 1 bilhão de árvores no mundo. O projeto é inovador porque, além de financiar o plantio das árvores, tem o objetivo de conscientizar os hóspedes da rede sobre a importância do reflorestamento. Em cada um dos hotéis Accor, o PFTP motivará os hóspedes a reutilizarem suas toalhas de banho por mais de uma noite. Para a seleção dos sete projetos de reflorestamento mundial, entre eles o do Brasil, a Accor contou com a colaboração da Kinomé, sociedade de revalorização de florestas no mundo, que irá auditar o projeto como um todo pelos próximos quatro anos.

www.accorplantsfortheplanet.com



Funcionário da Copagaz visita biblioteca

Incentivo à leitura

Investir na capacitação e conhecimento de seus colaboradores por meio da educação é o objetivo da Copagaz, quinta maior distribuidora de gás de cozinha do país, com a inauguração da biblioteca de sua filial em Ipojuca (PE), em 17 de setembro. O novo espaço é o quarto a ser lançado de uma série de 15 bibliotecas – uma em cada filial da empresa em todo o Brasil, além da matriz – que pertencem ao Programa Copagaz de Incentivo à Leitura. Inicialmente, o acervo contará com mais de 2 mil livros dos mais variados gêneros. O projeto visa a promover o desenvolvimento pessoal dos seus colaboradores e dá continuidade ao programa de formação educacional iniciado há dez anos para erradicar o analfabetismo dentro dos parques de engarrafamento de gás.

www.copagaz.com.br



Alunos da Miniempresa e conselheiros da Alcoa durante feira realizada em São Paulo

Como administrar uma empresa

Por meio de parceria firmada entre a Alcoa e a Associação dos Moradores do Jardim Santa Cecília, organização que trabalha com crianças e adolescentes carentes da região do Jardim São Luís, em São Paulo, foi possível iniciar o Miniempresa, programa de educação prática em economia e negócios desenvolvido pela Junior Achievement, entidade educativa que atua no Brasil com o nome de Empresários para o Futuro. Com duração de 15 semanas e jornada de 60 horas, o programa é ministrado por profissionais voluntários de diferentes áreas da Alcoa: finanças, produção, marketing e recursos humanos. Eles têm a missão de orientar os jovens na gestão de uma empresa, desde sua fundação até o balanço operacional.

www.alcoa.com.br
www.juniorachievement.org.br



Sede da Baxter International em Illinois, Estados Unidos

Empresa de saúde mais “verde”

A revista americana Newsweek lançou a primeira edição do ranking das organizações que mais contribuem para o meio ambiente, o Green Ranking. A pesquisa, que levou mais de um ano para ser concluída, avaliou as 500 maiores empresas dos Estados Unidos com base em seu desempenho ambiental real, políticas ambientais e reputação. A Baxter Internacional ficou em primeiro lugar no *ranking* das empresas da área de saúde e em 35º no *ranking* geral. Por sua preocupação com as mudanças climáticas e por suas fortes iniciativas em programas de conservação de água e de redução na produção de resíduos, a companhia alcançou uma excelente colocação. Além disso, até 2015 a Baxter visa a integrar sustentabilidade às suas orientações de compra com seus cem maiores fornecedores.

 www.baxter.com



Águas do Cerrado, da Estação Ecológica de Águas Emendadas, é um dos projetos patrocinados pela Seguros Unimed

Ações de responsabilidade social

Prestes a completar 20 anos de atividades, a Seguros Unimed – marca que representa a Unimed Seguradora e a Unimed Seguros Saúde – faz um balanço de suas iniciativas de responsabilidade social entre os anos de 2005 e 2008. O valor investido nesse período foi de R\$ 1.826.606,53 com 22.917 pessoas beneficiadas pelas práticas da empresa. Desde 2005, são desenvolvidas diversas ações em prol dos públicos e temas com os quais a empresa se relaciona: valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, clientes, comunidade, governo e sociedade. A companhia é parceira do Instituto Criança é Vida e conta com a participação de 61 colaboradores no desenvolvimento do Projeto Seguros Unimed e ICV Educando para a Saúde, por meio do qual são transmitidas orientações sobre Educação para a Saúde a comunidades de baixa renda.

 www.segurosunimed.com.br

Projeto Saúde e Cultura Pankararu

O Projeto Saúde e Cultura Pankararu, atividade que visa à promoção da saúde básica de mais de 5 mil índios de 13 aldeias Pankararu, localizadas no sertão de Pernambuco, bem como a formação de parteiras, acaba de ser ampliado. Esse projeto, parceria da Pfizer com a Associação Saúde Sem Limites, capacitou 45 parteiras e 15 aprendizes em 2008 e beneficiou mais de 6 mil pessoas desde 2005. Entre as principais atividades programadas na ampliação estão: aumentar a abordagem da saúde reprodutiva para jovens de 12 a 18 anos nas escolas indígenas; aprofundar a abordagem para as gestantes e o resgate da relação com as parteiras tradicionais; distribuir materiais educativos, elaborados em conformidade com a cultura indígena; e contribuir com o levantamento e discussão dos problemas de saúde dos Pankararu.

 www.saudesem limites.org.br

Educação sustentável

Educadores afirmam que a solução para se alcançar qualidade no ensino está baseada em ações que garantam o desenvolvimento do cidadão. Com essa proposta, a Cambridge University Press, editora mais antiga do mundo e presente no Brasil há 20 anos, comemora a marca de 6 mil jovens carentes, entre 11 e 17 anos, beneficiados com o aprendizado do idioma inglês por meio de projeto realizado em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro e com o Instituto Brasil Estados Unidos (Ibeu). Com 15 mil livros distribuídos aos alunos, essa ação envolve 71 escolas municipais cariocas e conta com 46 professores exclusivos para ministrar aulas de inglês. O desempenho positivo funciona como estímulo para aumentar a contribuição da Cambridge à educação brasileira.

 www.cambridge.org.br

Políticas públicas de leitura

O Instituto C&A, por meio do Programa Prazer em Ler, participou do debate sobre políticas públicas de leitura em Caxias do Sul (RS). A discussão integrou a agenda do Programa Permanente de Estímulo à Leitura, vinculado à Secretaria de Cultura de Caxias do Sul. O debate “Políticas Públicas” visou à discussão da sociedade em torno das políticas públicas de leitura atuais, enfatizando a importância da biblioteca em três dimensões: cultural, social e econômica. Participaram do encontro Alais Ávila, assessora de educação do Instituto C&A; Elizabeth Serra, superintendente da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil; e Luiza Helena da Motta, responsável pela programação da 25ª Feira do Livro de Caxias do Sul e do comitê Proler de Caxias.

 www.institutocea.org.br

Formação de lideranças universitárias

O Citi e a ESPM realizaram o lançamento oficial da parceria Citi/ESPM Social. A iniciativa faz parte do Community Intern Program (CIP), programa internacional do Citi que apoia entidades sem fins lucrativos em dez países e tem como foco a promoção do desenvolvimento social e econômico de comunidades com a participação direta de universitários. Além de promover o apoio a ONGs e comunidades, o programa pretende contribuir para a formação de potenciais lideranças para o Terceiro Setor, bem como futuros líderes empresariais com uma melhor consciência da importância da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental como parte integrante da estratégia de negócios. Durante a execução dos projetos, um grupo de alunos voluntários e coordenadores da ESPM fizeram o registro de todas as ações para a produção de um documentário.

 www.citi.com.br



Fernando Aranha já é veterano nas provas de longa distância

Ricardo Leizer

ADD na 36ª Maratona de Berlim

Dois atletas da Associação Desportiva para Deficientes (ADD) participaram da 36ª Maratona de Berlim, uma das mais importantes provas de corrida do mundo, com percurso total de 42.195 km. Fernando Aranha e Ezequias Prado viajaram em 15 de setembro, com patrocínio da empresa Merrill Lynch, para participarem da prova, que aconteceu nas principais ruas e avenidas da capital alemã. A prova de Berlim faz parte da World Major Marathons, circuito de maiores maratonas do mundo, junto com as provas de Londres, Boston, Chicago e Nova York. Fernando treina em diversas modalidades de esportes adaptados desde os 17 anos e acumula mais de 11 títulos; Ezequias Prado estreou como maratonista em abril deste ano, conquistando o terceiro lugar da Maratona Internacional de São Paulo logo na primeira prova.

www.add.org.br



Voluntários fantasiados para arrecadação em cruzamento na Av. Sumaré

Márcio Ramos

Arrecadação de fundos para famílias

Em 29 de agosto, mais de 500 universitários estiveram em 50 pontos da capital paulista pedindo contribuições para o trabalho social da organização latino-americana Um Teto Para Meu País. A ação faz parte de uma campanha que teve como meta difundir o trabalho realizado pela organização e denunciar as situações de risco na qual vivem as famílias em condição de extrema pobreza no Brasil. Os voluntários abordaram pessoas em semáforos e cruzamentos divulgando o projeto desenvolvido desde 2006 no Brasil. O objetivo da ação foi também arrecadar dinheiro para a construção de pelo menos mais dez casas emergenciais. Com o *slogan* "Construa com 5", os voluntários pediram a doação de R\$ 5 a quem quisesse colaborar com o projeto.

www.umtetoparameupais.org.br



Odontologista Wolber Campos, voluntário do projeto, durante atendimento na escola

Ana Vieira

Amigos do Planeta na Escola

No dia 4 de setembro, o projeto social Amigos do Planeta na Escola pegou a estrada para visitar sete municípios brasileiros com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional. Nos 22 dias seguintes, os voluntários mantiveram uma intensa maratona de atividades, como oficinas de meio ambiente, fotografia, vídeo, teatro de marionetes, além dos atendimentos médicos (oftalmológicos e odontológicos). Somando-se apenas os atendimentos médicos, 2.338 pessoas foram atendidas diretamente pela ação. O Instituto Brasil Solidário, que coordena e desenvolve o trabalho, percorreu as escolas públicas em Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. O projeto é financiado pela Casas Bahia, por meio do programa interno de reciclagem das embalagens originadas pelos colaboradores e na venda de produtos ao consumidor.

www.brasilsolidario.org.br



A Embaixatriz da Suíça, Gihane Méier, visitou o Salão do Encontro e se encantou com criança que participava da atividade pedagógica do tear chileno

Fávia Freitas

Salão do Encontro

Fundado há 39 anos pela professora Noemi Gontijo e pelo Frei Stanislau Bartold, o Salão do Encontro é reconhecido no Brasil e no exterior como experiência mantenedora da tradição do artesanato mineiro. Situada em Betim, a entidade sem fins lucrativos promove a inclusão social de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais por meio da educação, cultura e formação profissionalizante e artística, além de colocar em prática ações de sustentabilidade nas quais a valorização da dignidade pelo trabalho, o resgate da autoestima e o respeito ao meio ambiente são pilares estruturantes. Atualmente, cerca de 280 artesãos participam das oficinas artesanais, como a de móveis rústicos e a de tear de sisal.

www.salaodoencontro.org.br



Participantes durante treinamento na Imersão

Imersão em Captação de Recursos

Entre os dias 26 e 30 de dezembro, a Diálogo Social e a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) realizaram a segunda turma da Imersão em Captação e Mobilização de Recursos, em Atibaia, São Paulo. Durante cinco dias, 80 participantes de diversos Estados brasileiros aprenderam e dividiram conceitos sobre fontes de financiamento, ética, captação de voluntários, elaboração de projetos, planejamento, geração de renda, leis de incentivo, comunicação, entre outros. Além das aulas, as pessoas realizaram um trabalho em grupo para montar um plano de captação de recursos e participaram de outras atividades de integração. A próxima turma acontecerá em janeiro de 2010.

 www.dialogosocial.com.br



Claudia Leitte durante apresentação na festa do Projeto Velho Amigo

Dez anos do Projeto Velho Amigo

O Projeto Velho Amigo – Associação de Amparo ao Idoso completou 10 anos de trabalhos voltados para o bem-estar e cuidados com os idosos. A comemoração aconteceu no Les Chefs et Décors, no Terraço Daslu, com a participação dos maiores e melhores chefs e decoradores de São Paulo, da cantora Claudia Leitte e da apresentadora Ana Hickmann. Durante as quatro edições anteriores da festa, foram arrecadados quase R\$ 2 milhões, revertidos para as organizações credenciadas no projeto, entre elas: Casa da Divina Providência, Associação o Raiar do Sol, Lar das Mãezinhas, Casa dos Velhinhos, Pousada Luz Divina, Casa dos Velhinhos de Ondina Lobo, entre outras.

 www.velhoamigo.org.br

8º Meeting de Responsabilidade Social

Para atender à crescente demanda por informações atualizadas sobre responsabilidade social e Terceiro Setor, o Instituto Bola Pra Frente criou há oito anos e organiza anualmente o Meeting de Responsabilidade Social. A oitava edição do evento ocorreu nos dias 16 e 17 de setembro na sede do Instituto, em Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro. Por dia, o Meeting reuniu uma média de 200 representantes de empresas de grande e médio porte de diversos segmentos do Rio de Janeiro e de outros Estados para a troca de informações relevantes e tendências de investimento social. Neste ano, especialistas trataram de temas como sustentabilidade, cidadania corporativa, incentivos fiscais e esporte educacional.

 www.bolaprafrente.org.br

SOS Bombeiros

O projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania ultrapassou a marca de 37 mil atendimentos a crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. O projeto foi idealizado pelo Instituto Mensageiros e é desenvolvido em parceria com o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. O projeto está presente em seis unidades do Corpo de Bombeiros da capital e atende diariamente 360 crianças, de 10 a 14 anos, e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social. A equipe conta com profissionais das áreas de psicopedagogia, musicoterapia, pedagogia, filosofia, fonoaudiologia, educação física e assistência social.

 www.institutomessageiros.org.br

Campanha global pela Educação

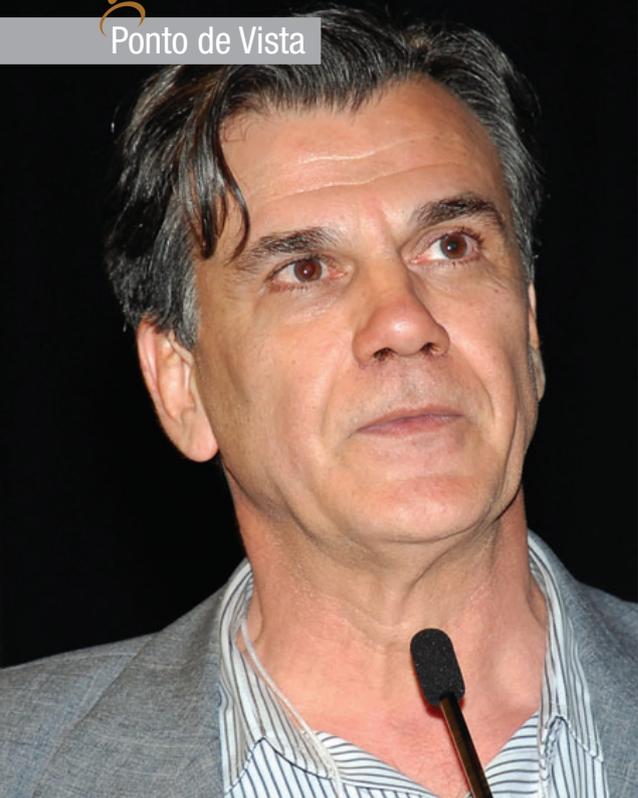
O Brasil, juntamente com a África do Sul, anfitriã da Copa do Mundo 2010 e diversos outros países, anunciou seu apoio à Campanha 1GOAL: Education for All (Educação para Todos), uma iniciativa cuja meta é garantir que a educação chegue a todas as crianças. Chefes de Estado, o presidente da Fédération Internationale de Football Association (Fifa), Sepp Blatter, e jogadores de futebol de todo o mundo se reuniram no dia 6 de outubro em um evento em Londres para convocar fãs de futebol e militantes de campanhas de educação a se unirem à 1GOAL. A campanha tem um objetivo único: garantir que 75 milhões de crianças que estão fora da escola em todo o mundo – metade delas na África – tenham acesso às salas de aula e ao futuro que a educação proporciona.

 www.join1goal.org

Mata Atlântica Vai à Escola

Por meio do programa Mata Atlântica Vai à Escola, a Fundação SOS Mata Atlântica está capacitando professores de seis escolas do ensino fundamental da Grande São Paulo, envolvendo aproximadamente 13 mil alunos em 2009. O programa tem por objetivo sensibilizar, capacitar e mobilizar professores e alunos do ensino fundamental das redes de ensino pública e privada em relação à importância da conservação ambiental e do bioma Mata Atlântica. As escolas participantes têm como benefícios os encontros de formação para os educadores, material pedagógico com os temas discutidos seguidos de sugestão de atividades a serem trabalhadas em sala de aula. Os alunos recebem uma carteirinha de estudante que é também uma identificação de agente ambiental da SOS Mata Atlântica.

 www.sosma.org.br



A caminho da sustentabilidade

Paulo Muçouçah, da Organização Internacional do Trabalho, fala da economia verde e da adaptação dos empregos para trazer melhorias na qualidade ambiental

Por Thaís Iannarelli

“Mais de 2 milhões de pessoas obtiveram novos empregos no setor da energia renovável nos últimos anos, e o potencial de crescimento da empregabilidade neste setor é enorme”. Informações como essa estão presentes no relatório *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World* (em português, *Empregos Verdes: Trabalho Decente em um Mundo Sustentável e com Baixas Emissões de Carbono*), um dos objetos de trabalho de Paulo Muçouçah, coordenador dos Programas de Trabalho Decente e Empregos Verdes da Organização Internacional do Trabalho (OIT/Brasil).

Paulo já atuou como diretor do Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Ministério do Meio Ambiente, e foi secretário adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Atualmente, liderando as ações de empregos verdes na OIT/Brasil, Paulo fala à **Revista Filantropia** sobre a transformação da economia rumo à sustentabilidade, sobre a empregabilidade e os novos desafios enfrentados pelas empresas.

Revista Filantropia: O que é, exatamente, a economia verde?

Paulo Muçouçah: A economia verde se caracteriza pelas transformações que vêm ocorrendo em função das mudanças climáticas. Os efeitos dessas mudanças são diversificados, mas o que se chama de economia verde é exatamente a transição para uma economia com baixas emissões de carbono, que acontecem hoje pelas diversas atividades econômicas, tendo em vista mitigar ou atenuar os fenômenos climáticos que ocorrem.

RF: E os empregos verdes? Existe algum tipo específico de profissional que pode se enquadrar nesse perfil?

PM: Na verdade, não existe um tipo específico de profissional para os empregos verdes. O que mais define o

caráter verde ou não dos empregos são as atividades nas quais as pessoas estão envolvidas. A definição de emprego verde da OIT envolve aquelas funções que contribuem para reduzir as emissões de carbono ou para melhorar ou conservar a qualidade ambiental. Então, são empregos que têm qualificações tradicionais, perfis tradicionais, mas estão vinculados a atividades que buscam a melhoria da qualidade ambiental.

RF: Qual é a abrangência desses cargos na economia mundial?

PM: O processo global é muito diversificado, ocorre em todos os países, e não temos esses dados disponíveis. Porém, existem estimativas setoriais de algumas atividades econômicas que têm, hoje, uma presença grande

de atividades voltadas para a melhoria da qualidade ambiental. Um exemplo é o setor de energias renováveis – já se sabe que existem mais de 2 milhões de pessoas envolvidas diretamente com esse setor, e a previsão é de que o número suba para 20 milhões até 2030 no mundo.

RF: E no Brasil, especificamente?

PM: Também encontramos algumas dificuldades para especificar, mas no estudo que fizemos a partir do Relatório Anual de Informações Sociais (RAI), do Ministério do Trabalho, identificamos 28 atividades econômicas que contribuem diretamente, seja para a redução das emissões ou para a melhoria da qualidade ambiental. Nessas atividades, havia aproximadamente 1,3 milhão de trabalhadores em dezembro de 2008. Isso se refere somente aos empregos formais, ou seja, àqueles trabalhadores formalmente contratados pelas empresas, com carteira assinada. Isso também é um indicador da existência de trabalho decente por parte da OIT, que são os empregos sob proteção social, com respeito ao direito do trabalho, acesso ao diálogo de negociação coletiva etc. Então, nessa situação são todos esses empregos no Brasil que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental. Há outras atividades, que não contribuem com os produtos finais, mas, no processo de produção, procuram reduzir a emissão de carbono, de resíduos, enfim, são incorporadas algumas preocupações ambientais.

RF: Quais exemplos você daria de empresas que têm essa preocupação?

PM: Existem muitas empresas tradicionais que se preocupam, como as de extração e as refinarias de petróleo. A Petrobras é uma grande empregadora de técnicos de meio ambiente, inclusive pela questão de cumprir com as obrigações legais e atender os critérios de sustentabilidade, de emissões de poluentes etc. Nesse caso, não temos como estimar os empregos verdes, porque não podemos isolar quantos trabalhadores estão de fato nesta atividade dentro de determinada empresa. Mas, nas atividades que podemos isolar, já são 1,3 milhão de empregos verdes no Brasil.

RF: Por que a disseminação dessa nova economia é tão recente?

PM: A preocupação com a questão ambiental, de uma maneira geral, cresceu muito quando houve a divulgação dos resultados do painel da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, em 2007. A partir de então, realmente se tomou consciência da

gravidade das consequências do problema. Já existiam os empregos verdes e a preocupação ambiental em algumas atividades, mas, a partir da divulgação do relatório, a conscientização aumentou. As empresas passaram a se preparar mais para o que as mudanças climáticas acarretariam.

RF: Quais são as dificuldades encontradas pelas empresas para implantar os empregos verdes no negócio?

PM: Muitas vezes, a introdução de novas tecnologias e de novos processos de trabalho aumenta os custos de produção. Porém, se não houver uma uniformidade nos padrões de produção utilizados em determinado setor, as empresas podem ter desvantagens competitivas em relação àquelas que já implantaram sistemas sustentáveis. Por isso, é importante que haja uma regulamentação para as empresas adotarem coletivamente esses padrões de produção e consumo. Também há uma pressão por parte do consumidor, que acaba compensando uma possível diferença de custo que exista na produção. Mas há casos também em que, pelo fato de a empresa assumir a vanguarda na implantação de tecnologias, acaba se diferenciando e ganhando maior reconhecimento no mercado. Isso pode ser exibido como ponto positivo. Além disso, com essa postura, a empresa se antecipa e evita o aumento de custos futuros, na medida em que os recursos naturais fiquem escassos e mais caros.

RF: Os novos profissionais devem ter algum tipo de qualificação diferenciada para ocuparem os cargos verdes?

PM: De maneira geral, é importante que as universidades e cursos de formação profissional incorporem a sustentabilidade como referência, para ser praticada com padrões trabalhistas mais adequados. É importante que os novos profissionais se preocupem não só em dar lucro para as empresas em que trabalham, mas também em fazer com que elas assumam a responsabilidade social e ambiental. Na medida em que a empresa se dispuser a adotar esses padrões de sustentabilidade, o profissional poderá atender as novas demandas que surgem. Então, se os cursos incorporassem a sustentabilidade, seria ótimo para todos os ramos de conhecimento. Não dá mais para ignorar as ameaças, por conta das mudanças climáticas, nem deixar de tomar medidas no sentido de amenizar essas consequências, ou se adaptar a algumas delas, que já são inevitáveis.

É importante que os novos profissionais se preocupem não só em dar lucro para as empresas em que trabalham, mas também em fazer com que elas assumam a responsabilidade social e ambiental

Meus maiores erros e o que aprendi com eles



Lyndall Stein

lyndall@resource-alliance.org

Atuou como CEO da Resource Alliance, organização inglesa que apoia instituições da sociedade civil na construção de sua sustentabilidade financeira, já foi diretora executiva da Concern UK, instituição humanitária que lida com desenvolvimento e emergências. Atuou na ActionAid, na Terrence Higgins Trust e no Congresso Nacional Africano.

Uma coisa estranha sobre os erros é que sempre conseguimos encontrar alguns novos para cometer. Eu fico pensando que, na minha idade avançada, aprendi tanto com meus erros que já devo ter cometido todos os possíveis, e já aproveitei minha porção total de erros reais e potenciais. Mas... não! Há sempre mais um escondido, esperando onde menos se imagina. Porém, se você passasse a vida com medo do próximo erro que pudesse cometer, ficaria em casa, e, talvez, ficasse na cama, somente dormindo.

Para celebrar minhas seis décadas, aqui estão seis grandes erros cometidos e o que aprendi com eles. E, acreditem em mim, tenho muitos outros na manga!

Vou começar com os anos trabalhando para o Congresso Nacional Africano – tarefa difícil nos anos 1980, quando nenhum de nós pensava que Nelson Mandela sairia da prisão e, embora tivéssemos excelentes apoiadores, não tínhamos equipamento ou dinheiro para nada – não havia maneira de pagar os designers, consultores ou redatores, mas, por sorte, tínhamos voluntários espetaculares que escreviam e desenhavam propagandas para jornais e nos davam conselhos estratégicos de alto padrão.

Eu possuo esses erros, mas vale lembrar que bons resultados vêm do trabalho em equipe, e resultados ruins geralmente também vêm do trabalho em equipe – quase sempre, quando todos simplesmente fazem alguma coisa um pouco errado, tudo termina em uma grande bagunça.

Mas quaisquer que tenham sido os erros que cometi no Congresso Africano, tivemos um dos melhores e mais convincentes “casos para apoio” de nossas vidas, e um líder de causa que não teve a oportunidade de “contaminar sua marca” ou estragar sua boa reputação – não há muitas oportunidades para comportamentos escandalosos quando se está preso em uma ilha.

Apelo da assinatura

Tivemos um anúncio de uma página pago por nossos colaboradores que listava seus nomes como contribuintes,

mas como eram muitos para a página, tivemos de deixar alguns de fora. Foi muito vergonhoso quando, algum tempo depois, fui a uma entrevista de emprego na organização The Terrence Higgins Trust, que lidava com a questão do HIV/Aids, e descobri que dois dos nomes retirados do anúncio eram do meu futuro chefe, Daryl Upsall, e de sua esposa, Miriam. Por sorte, eles me deram o emprego mesmo assim, e depois se juntaram ao time de voluntários quando criamos um grupo de captadores de recursos para a primeira eleição democrática.

O que aprendi

Os problemas aparecem nos detalhes. Confira! Confira! E confira novamente!

Evento Mandela

O primeiro evento que organizamos foi espetacular, e aconteceu no hotel mais chique do Reino Unido – The Dorchester. Era a primeira visita de Nelson Mandela à região depois de 27 anos na prisão. Todos estavam lá – ministros, celebridades e executivos. Houve lágrimas, emoção, todo o necessário para ser um sucesso de captação de recursos. Só houve um problema: nós não passamos um *briefing* para Mandela, e ele não pediu dinheiro. O congresso estava tão sobrecarregado que não percebeu, então, este evento espetacular não captou muitos recursos.

O que aprendi

Nunca se esqueça da importância do “pedir” – quem não pede, não recebe!

Dados e datas erradas

Quando fui trabalhar na Terrence Higgins Trust, organização inglesa pioneira no trabalho com HIV e Aids, em 1990, os tempos eram difíceis. Não havia tratamentos eficazes disponíveis, e a cada dia mais pessoas ficavam doentes e morriam, geralmente lentamente e com muita

dor. Os funcionários e voluntários ficavam muito afetados por isso. Estávamos desesperados por fundos e, desde o começo, trabalhei para construir um poderoso mailing e uma campanha pelo telefone – o problema era que nossos dados estavam muito desorganizados, e incluímos no programa uma das voluntárias, que também estava cuidando do namorado doente. Ele não gostou nada de receber uma ligação solicitando dinheiro, que ele já não tinha, e fez questão de contar para todo mundo.

Não foi muito divertido ser convocada pelo grupo de voluntários, que me disse, em termos claros, o que achavam sobre o que eu tinha feito à outra voluntária, agora nervosa e estressada.

O que aprendi

Dados sujos podem levá-lo a comer sujeira! Entretanto, dados assim podem também ser úteis mais tarde. Devido a um mal entendido com nossa equipe de dados, acabamos com um mailing grande de colaboradores que haviam pedido para não serem contatados. Bem, recebemos algumas reclamações, mas também tivemos nosso melhor retorno até então: £15.000, que era muito dinheiro naqueles dias – e muito necessário.

Telefone Hysteria

Fizemos um evento televisionado de sucesso chamado Hysteria, com muitos comediantes e artistas, mas, em 1993, a renda estava baixa – decidimos fazer uma campanha telefônica com aqueles que tinham doado para o Hysteria, explicando que os resultados foram decepcionantes e que precisávamos muito de apoio. Freddy Mercury tinha acabado de morrer de Aids, fato que tornou nosso apelo mais forte.

O problema foi que um dos colaboradores para quem ligamos com os resultados decepcionantes era o pai do produtor do programa, e nem ele nem a companhia de TV que patrocinou o show tinham se impressionado

conosco, e algumas cartas mal-educadas estavam circulando rapidamente. Entretanto, foi um apelo brilhantemente exitoso que trouxe muitos doadores regulares.

O que aprendi

Resultados fracos e doações decepcionantes podem ser a plataforma para apelos de sucesso se você agir rápido e não tiver medo das possíveis consequências. Para a Terrence Higgins Trust, o valor daqueles mil colaboradores durou muito mais do que os egos feridos de alguns produtores de televisão.

Lidando com os doadores

Uma das maiores fundações da Inglaterra é dirigida por uma mulher, que eu cheguei a conhecer bem porque esteve presente em alguns eventos que organizei. Embora ela seja muito, muito rica – ela vale, provavelmente, o produto interno bruto de muitos países, ela sempre foi muito gentil e cortês comigo. Um dia ela me telefonou e perguntou por que eu estive reclamando dela nas suas costas. E o pior é que ela estava certa! Eu tinha conversado com um financiador que conheci há muitos anos e essa informação chegou até ela. Não foi uma boa ideia...

O que aprendi

Você pode ter uma chance de influenciar um financiador ao desafiá-lo diretamente. Não é provável que venham bons resultados quando se faz fofoca. O mundo dos grandes financiadores é pequeno e eles conversam entre si! Eu pedi desculpas e tentei explicar que era difícil desafiar aqueles que tinham poder. Bem... a desculpa não foi boa! E ela teve a gentileza de dividir uma xícara de café comigo. Eu não tenho certeza se mereci aquela xícara de café.

Mas, a maior lição que aprendi é, como meu pai costumava dizer: “se você não cometer erros, é porque não fez nada”. ☺

Vale lembrar que bons resultados vêm do trabalho em equipe, e resultados ruins geralmente também vêm do trabalho em equipe

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social



Em perfeita sintonia



Organizações começam a adotar conceitos de RH sustentável a fim de melhorar a relação entre gestores e colaboradores

Por Luciano Guimarães

Preocupação com o desenvolvimento e o bem-estar dos funcionários parece, definitivamente, algo cada vez mais próximo de alcançar a maioria das empresas em todo o mundo; certamente vem sendo incorporada aos poucos no cotidiano das entidades do Terceiro Setor do Brasil.

O tripé: *investimentos em recursos humanos – colaboradores felizes e seguros – maior produtividade e dedicação* nunca fez tanto sentido como agora, em tempos do crescimento da impessoalidade. Esse conjunto de elementos pode ser definido como RH sustentável, o qual certamente ainda não é adotado por muitas instituições. Porém, existem, hoje, algumas organizações sociais iniciando esse novo e promissor processo.

O RH sustentável incorpora as práticas mais distintas, desde o estabelecimento de uma política de cargos e salários, de regras claras de hierarquia e de resolução de conflitos até a efetiva participação de colaboradores em decisões importantes e em programas de economia de recursos.

“A sustentabilidade em recursos humanos é o equilíbrio das relações e das decisões. É olhar para o próximo com o mesmo carinho que gostaria que olhassem para você”, explica o advogado Sólon Cunha, mestre e doutor em Direito Trabalhista e sócio do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice.

Segundo ele, gerenciar o departamento de RH é gerir pessoas, depois carreiras e, enfim, resultados, nessa ordem. O excelente resultado é sempre obtido

pelo grupo de bons profissionais, com carreiras construídas na devida maturação, suportadas pelo caráter de boas pessoas. “O RH sustentável é definido como uma política de gestão de pessoas que seja focada no socialmente justo, de modo aceito pela cultura local, estimulando atitudes ecologicamente corretas, mas sempre se mostrando economicamente viável”, resume.

Sendo assim, e com essa visão abrangente, cabe ao gestor topar tal desafio se lembrar de que o RH sustentável também se faz com um planejamento bastante claro, que envolve a promoção do bem-estar do colaborador, com ações voltadas à saúde, à família e ao desenvolvimento educacional e profissional.

São ideias muito bonitas no papel, mas podem encontrar barreiras para serem colocadas em práticas, independentemente do tamanho da instituição. Na realidade, tudo dependerá do caixa da entidade, da capacidade de investimento e de captação de recursos, além, é claro, do comprometimento de gestores e colaboradores.

Com ou sem recursos é possível fazer algo para buscar o mínimo de sustentabilidade no quadro de pessoas. Pequenas e médias entidades, que têm verbas mais escassas, podem buscar ajuda na iniciativa privada.

Para obter planos de saúde, cursos de pós-graduação ou idiomas, ou mesmo assistência jurídica, por exemplo, os gestores podem tentar acionar parceiros interessados em ter seu nome ou marca aliados a uma entidade admirada pela sociedade. Empresas que prestam

tal serviço podem, por meio de seus funcionários, fazê-lo *pro bono* (para o bem), sem cobrar pelo mesmo. À organização social, em troca, cabe a divulgação dessas empresas em suas revistas, jornais, boletins e sites.

Com 511 funcionários celetistas, 350 voluntários, além de 117 autônomos e terceirizados (do total, 15 colaboradores têm necessidades especiais), o Centro Infantil Boldrini, sediado em Campinas (SP), opta por uma política de valorização profissional dos colaboradores que se destacam em suas funções, uma espécie de meritocracia. “Seguindo essa visão, são oferecidas oportunidades de remanejamento interno ou promoção, tendo como ferramenta de apoio a avaliação por desempenho”, argumenta Roniel dos Santos, coordenador de RH.

Um exemplo claro dessa política é a dirigida para a área médica, a qual possui um plano de carreira que alia as experiências técnicas com as especializações do profissional dentro da área acadêmica, utilizando como referência uma tabela progressiva. “Estamos idealizando formas de remuneração diferenciada para as outras áreas, visando ao desenvolvimento da carreira profissional”, ressalta.

O Boldrini tem uma Comissão de Educação Continuada, com regimento próprio, cujo objetivo é orientar a decisão de concessão de afastamento dos funcionários de suas atividades profissionais para a participação em eventos científicos, inclusive os intercâmbios internacionais com outros hospitais, para aprimoramento profissional.

Sob demanda

O RH sustentável também se apoia em atitudes para a conservação do meio ambiente, segundo ações de incentivo da empresa ou da organização social, e em atitudes pessoais, de âmbito cultural. O ideal é que o movimento comece das posições hierarquicamente mais elevadas e cresça para as bases, a fim de estimular os demais colegas a se enquadrarem.

No Centro Infantil Boldrini, por exemplo, não há um programa exatamente dessa natureza, mas a conscientização dos colaboradores sobre a causa da entidade é tanta que, sob determinados aspectos, é desnecessário dizer a este ou aquele sobre evitar o desperdício de recursos.

Já na Associação de Apoio à Criança com Câncer (AACC), entidade social sediada na zona sul de São Paulo, existe um direcionamento mais efetivo para essa atividade. Diretores e colaboradores participam de um

Boldrini



Centro Infantil Boldrini: atendimento ganha qualidade quando o RH atua em harmonia

programa bem definido que incentiva a busca pela sustentabilidade. “Atualmente temos coleta de papel e, nas reuniões, exaltamos a importância da reciclagem e da economia para a diminuição de custos e a preservação do meio ambiente”, afirma Maria do Carmo Celico, gerente geral da instituição.

Semanalmente, os membros da entidade participam de uma reunião especial a fim de discutir quais caminhos a organização está seguindo e como melhorar o desempenho e a convivência entre todos. Com 20 funcionários celetistas e 100 voluntários, a AACC não conta até o momento com um programa fixo de carreira ou educação continuada para os funcionários, mas atua decidindo sobre cursos para os colaboradores segundo a demanda da instituição.

Equilibrar o convívio das comunidades humanas com o meio ambiente também é função do RH”, avalia o advogado Sólton Cunha. De acordo com ele, quando se analisam empresas em busca dessas características, são encontradas algumas que chegam a vincular as metas de remuneração variável a incentivos à reciclagem e à reutilização de materiais e ao uso racional de água e energia elétrica.

Ao menos nas entidades do Terceiro Setor, o fator cultural supera qualquer tipo de incentivo, uma vez que gestores e colaboradores trabalham pelo bem comum da comunidade que atendem. Esse é o objetivo fim de sua existência e, com muito trabalho e afinho, as demais coisas vão sendo acrescentadas. ☺

O RH sustentável é definido como uma política de gestão de pessoas que seja focada no socialmente justo, de modo aceito pela cultura local, estimulando atitudes ecologicamente corretas

Links

www.aacc.org.br
www.boldrini.org.br
www.mmso.com.br

Cisão/desmembramento: proteção patrimonial e garantia efetiva das ações sociais



atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contador e auditor, é membro da Audisa Consultoria e Auditoria para o Terceiro Setor, da Advocacia Sergio Monello e da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. Atua como editor da Revista Filantropia.



atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Saleciano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

Em mais de 40 anos de atuação, sempre foi importante que as atividades de vida religiosa fossem separadas das atividades filantrópicas e beneficentes de assistência social. As atividades de vida religiosa ou de vida consagrada não se confundem com as beneficentes, embora a filantropia e a assistência social sejam inerentes à vida do religioso. Todavia, seu exercício não pode se confundir com a vida religiosa consagrada, enquanto as ações beneficentes objetivam o atendimento à coletividade por meio de políticas públicas e privadas dentro de uma perspectiva de realidade social e consoante às exigências próprias de cada tempo e lugar. Cada atividade, religiosa ou beneficente, tem suas peculiaridades.

Não resta dúvida de que os membros de vida religiosa ou de vida consagrada têm sempre por escopo promover pessoas e o bem-estar social, além de dignificar o ser humano para o exercício de sua cidadania. A pessoa jurídica religiosa tem por finalidade favorecer a formação inicial e permanente dos religiosos na vivência de um carisma, de um modo de ser e agir, utilizando-se como campo de ação de vivência desse carisma, numa pessoa jurídica filantrópica ou beneficente.

Ao separar as atividades religiosas das filantrópicas, beneficentes e de assistência social, objetiva-se a transparência e a liberdade em suas ações, tanto no tocante à vida religiosa como em relação à filantropia e à beneficência. Para que isso ocorra no contexto hoje vivido por várias entidades que realizam atividades mistas, torna-se

essencial que se pratique o ato jurídico de desmembramento/cisão, fusão, transformação ou incorporação.

O artigo trata apenas da cisão/desmembramento de entidades sem fins econômicos, em especial daquelas que são efetivamente mistas, exercendo atividades religiosas, filantrópicas e beneficentes de assistência social. Deve ser entendido como o ato jurídico pelo qual se separa parte ou mesmo a totalidade do patrimônio de uma entidade, designada como entidade desmembrante/cedente. Pode-se separar parte ou todo patrimônio da entidade desmembrante/cedente, criando-se ou não outra pessoa jurídica e, para esta, fazendo-se a dotação de bens, direitos e obrigações. Designa-se por desmembrante/cedente aquela que pratica o ato de desmembramento/cisão e, por desmembrada/cindida, a instituição criada e constituída pelo ato jurídico. Tal ato é revestido pela ata da assembleia geral extraordinária da entidade desmembrante/cedente. Essa ata tem força de escritura e permite que a entidade desmembrada ou cessionária consigne, em seu nome, os imóveis que lhe forem destinados em decorrência da cisão/desmembramento (art. 234 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). O desmembramento/cisão é considerado integral ou total quando a entidade passa todo seu patrimônio à outra entidade, criada e constituída, ou para uma entidade já existente; e é considerado parcial quando parte do patrimônio é transferida para entidade criada e constituída, ou para uma já existente. A ata da assembleia geral integral ou parcial se constitui em ata de fundação da nova entidade, a desmembrada/cindida. Na ata constará

o ato jurídico de sua extinção e o ato de fundação e criação da entidade desmembrada/cindida, se assim ocorrer. Dessa ata deverão constar todos os bens que serão transferidos à nova entidade ou à já existente. Não há necessidade de se detalhar os bens móveis, mas é aconselhável consignar a existência de relação de inventário físico existente, o qual fará parte integrante da ata. Quanto aos imóveis, é importante a descrição de cada um deles conforme sua matrícula no Registro de Imóveis. Essa ata, como já afirmado, tem força de escritura. Entretanto, pode ocorrer que determinados Cartórios de Registro de Imóveis venham a exigir para registro da propriedade imóvel a Escritura Pública de Transferência. Devem ser observadas rigorosamente todas as exigências legais para que a entidade desmembrante/dedente não venha a ter problemas fiscais.

Embora a nova Lei da Filantropia não determine o caráter obrigatório de se fazer a cisão, o desmembramento de atividades é muito importante para a administração das entidades religiosas e beneficentes. Hoje, as atividades beneficentes são regidas por normas legais cada vez mais exigentes, que ficam submetidas à ingerência em sua administração pelo poder estatal. As entidades beneficentes de assistência social exercem uma função pública de colaboração com a missão do Estado. Tais entidades complementam a ação do Estado, quando não o substituem, seja por sua incapacidade, omissão ou incompetência. Já as entidades religiosas possuem seu próprio direito, sua própria forma de ser, viver, agir e se governar. Assim, ao manter atividades mistas, muitas vezes a intromissão do Estado prejudica sua missão, suas ações religiosas e missionárias, inclusive no atendimento ao seu direito próprio. Deve-se ainda deixar claro que o processo de desmembramento exigirá da entidade desmembrante inúmeras atas à concretização desse ato jurídico. Além dos aspectos jurídicos, para a efetivação do desmembramento/cisão, serão necessários trabalhos contábeis e de auditoria. Vale ressaltar a importância dos procedimentos contábeis no desmembramento/cisão quanto ao cumprimento dos princípios fundamentais de contabilidade

e às normas técnicas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade. A participação de contadores e auditores nessa caminhada é essencial face às exigências legais, fiscais e contábeis a serem cumpridas.

A iniciativa do desmembramento/cisão poderá partir de uma proposta da diretoria à assembleia geral. Será convocada uma assembleia na qual o assunto será discutido, e será elaborado um Protocolo de Intenções, objetivando a realização do desmembramento/cisão. O Protocolo de Intenções é um documento fundamental à realização do desmembramento/cisão. Nada impede que a própria diretoria o elabore e peça sua aprovação à assembleia geral.

O desmembramento/cisão será efetivado com aprovação dos associados em assembleia geral extraordinária, segundo as normas contidas no Estatuto Social. O Protocolo de Intenções nada mais é do que a motivação intencional dos associados em proceder ao desmembramento/cisão. Desse protocolo deverão constar todas as motivações que estão levando a entidade a tal decisão, além de um histórico resumido e bem detalhado da entidade desmembrante/cedente, incluindo tudo o que for possível para deixar bem clara a

existência do instituto religioso que está efetivamente inserido na pessoa jurídica da desmembrante. Deve-se justificar amplamente a razão da separação das atividades religiosas das atividades beneficentes de assistência social e os outros motivos para essa decisão. É escrever a própria história. Em conclusão, é um momento histórico para se levantar e inventariar todos os bens da instituição, e definir quem serão os associados de cada uma das entidades e buscar melhor eficiência em sua missão, como entidade religiosa e como entidade filantrópica, beneficente e de assistência social.

A realização dessa separação de atividades pode ocorrer, além do desmembramento/cisão, por meio da transformação, fusão ou incorporação. Para essa decisão, os assessores jurídicos devem, analisando a real situação da entidade hoje, buscar a melhor solução que facilite o atendimento às atividades filantrópica, beneficente, assistencial e religiosa. 

Embora a nova Lei da Filantropia não determine o caráter obrigatório de se fazer a cisão, o desmembramento de atividades é muito importante para a administração das entidades religiosas e beneficentes

A importância da auditoria focada no Terceiro Setor



Ivan Pinto

ivan@audisaauditores.com.br

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis. É registrado na CVM através do Ato Declaratório nº 7.710, DDU 08.4.04 e pós-graduado em gestão das organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 1.620.



Ricardo Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contador e auditor, é membro da Audisa Consultoria e Auditoria para o Terceiro Setor, da Advocacia Sergio Monello e da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. Atua como editor da Revista Filantropia.

Nos artigos anteriores, foram mencionadas as diversas atualizações nas Normas Contábeis no Brasil e seus reflexos para as entidades do Terceiro Setor. Poucos segmentos tiveram, proporcionalmente, tantas modificações e “incrementos” nas suas atividades e na contabilidade quanto as entidades sem fins lucrativos.

A relevância dos serviços prestados, o interesse público, as isenções tributárias usufruídas, as verbas públicas repassadas e as parcerias público-privadas trouxeram uma série de controles e procedimentos para todos os integrantes desse dinâmico universo. Dessa forma, as informações geradas pela entidade, especialmente pela contabilidade como fonte principal, passaram a ter notória relevância e maiores consequências. Nessas “consequências”, encontram-se situações que refletem no dia-a-dia da entidade e, em muitos casos, na vida e nos bens de seus dirigentes.

Com o aumento da fiscalização sobre essas entidades, são encontradas muitas situações nas quais os reflexos financeiros desses autos poderiam aniquilar a entidade, e o reflexo penal, arruinar muitos dirigentes.

Quanto maior a qualidade dos controles internos nas entidades, maior a segurança daquilo que se faz e se informa, ou seja, quanto mais a entidade investe na qualidade e segurança de suas informações, menos tende a gastar com trabalho dobrado, ajustes, defesas e outros riscos.

Nesse âmbito, é na auditoria que se encontra a oportunidade de estabelecer, testar e avaliar cada procedimento, seus registros e reflexos para a entidade. Por esse motivo, atualmente, muitas entidades têm “investido”

não só na auditoria externa, mas nos serviços de auditoria interna, com foco nesses controles que refletem diretamente nas prestações de contas.

Para fins de compreensão, vale buscar a nova legislação da filantropia, que traz significativo avanço para a certificação das entidades beneficentes, bem como para a concessão da isenção das contribuições sociais.

Se por um lado essa nova lei estabelece critérios viáveis, mais claros e objetivos sob a ótica da prestação do serviço beneficente, por outro traz um verdadeiro conjunto de obrigações contábeis e acessórias para a manutenção do certificado e da isenção tributária.

É possível afirmar que não será suficiente prestar ótimos serviços assistenciais e gratuitos se a entidade não tiver primorosa escrituração contábil e ótimos controles que deem bom suporte. Ou seja, por mais nobre que sejam seus atendimentos, sua tranquilidade dependerá da contabilidade e demais obrigações acessórias. É o peso da consistência das informações prestadas!

Entre as exigências da nova lei, há, por exemplo, a regularidade fiscal e contábil. Algo “básico” para as entidades cujo alcance e impacto passam despercebidos às vezes. Para se ter noção do que isso significa, pode-se dizer que os controles das gratuidades, das Receitas e dos gastos com pessoal, encargos, bem como a observância das Normas Contábeis em seus registros, poderão impactar em toda a segurança da entidade à medida que sua descaracterização contábil pode invalidar os serviços, ou até mesmo a isenção. Pior, submeter a entidade a ressarcir a “isenção usufruída” no período à Receita Federal do Brasil.

Não é raro encontrar entidades com enormes dificuldades na obtenção das certidões negativas ou positivas,

especialmente da negativa de débitos tributários, agora obrigatória para a isenção e convênios. Muitas vezes, esses débitos são gerados por registro contábil equivocado, falhas em sistemas ou prestações de contas inadequadas. Independentemente da causa, o débito poderá ensejar dificuldades na manutenção das isenções.

Serão encontradas situações obrigatórias como:

- Apuração da receita base nas peças contábeis;
- Necessidade de apuração dos custos incorridos dos serviços prestados;
- Segregação contábil das receitas, despesas, custos e patrimônio por atividade desenvolvida;
- Segregação dos recursos públicos, doações e receitas geradas pela entidade: rateio contábil (obrigatório);
- Evidenciação de serviços gratuitos e demais projetos;
- Apuração das isenções usufruídas;
- Controle externo dos Tribunais de Contas e Ministério Público.

Percebe-se que todas essas situações ocorrem na maioria das entidades e suas informações são geradas diariamente. Existe a necessidade de várias adequações para que as organizações possam aproveitar as boas oportunidades na nova legislação. Entre elas, o fortalecimento dos controles e da gestão.

A auditoria focada nas organizações do Terceiro Setor tem uma contribuição extremamente importante, pois, além de experiência, traz maior credibilidade e transparência para certificar suas ações sociais através da validação dos números e valores apresentados nas Demonstrações Contábeis e nas demais informações prestadas.

A execução de serviços de auditoria focada no Terceiro Setor visa à eficiência dos controles internos de forma voltada à essa realidade, em especial:

- Plano de Contas adequado e segregado;
- Contas a receber, contas a pagar, setor de compras, farmácia e estoques;
- Auditoria das rotinas, procedimentos e informações gerenciais geradas pelo departamento de Pessoal / RH;
- Auditoria do departamento de Assistência Social (levantamento das rotinas e procedimentos inerentes à filantropia da instituição, análise das normas e critérios para concessão de gratuidades, avaliação das fichas socioeconômicas, entre outros);
- Gestão de isenções e imunidades e obrigações acessórias (Dacon, Dirf, DIPJ, Rais etc.);
- Integração da área contábil e da área social (ações sociais);
- Integração dos sistemas de informações;
- Validação da prestação de contas.

Há ainda alguns aspectos pertinentes à uma auditoria com foco específico nas entidades do Terceiro Setor:

- Auditoria dos contratos de terceirizações, termos de parcerias, contratos de gestão, convênios com os órgãos governamentais, parcerias com organizações afins;
- Auditoria dos processos e indicadores hospitalares do sistema de saúde da Instituição;
- Auditoria dos convênios com planos de saúde, convênios públicos, Fies e Proni.

A auditoria contábil aumenta a credibilidade das demonstrações contábeis e das notas explicativas, assegurando maior transparência às informações. Com a expansão das entidades, a auditoria como ferramenta gerencial, mais que uma exigência legal, é uma necessidade. ☺

Não será suficiente prestar ótimos serviços assistenciais e gratuitos se a entidade não tiver primorosa escrituração contábil e ótimos controles que deem bom suporte

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

Administrando conflitos entre voluntários

Lidar com diferentes personalidades e comportamentos pode requerer bem mais que bom senso

Considerando-se que a organização social é constituída por pessoas que realizam trabalhos com objetivos comuns, é importante atentar para regras simples de convivência que, na maioria das vezes, passam pelo respeito à individualidade.

Somos todos dotados de características próprias de personalidade, individualidade, aspirações, valores, motivações e objetivos, além de recursos, que são nossas habilidades, capacidades, destrezas e conhecimentos. Essa diversidade de comportamentos e talentos constitui a maior riqueza de uma organização social, mas, por outro lado, pode ser uma fonte de conflitos.

O comportamento das pessoas depende de fatores internos (decorrentes de suas próprias características pessoais) e externos (decorrentes do meio). Normalmente, o trabalho voluntário é realizado em equipes, e é nessas relações interpessoais que surgem os conflitos; se não forem percebidos a tempo, podem se transformar em problemas graves.

Detectar problemas implica encontrar soluções rápidas e imparciais, e um fator preponderante é o grau de confiança que o coordenador de voluntários estabelece com seu grupo. Administrar conflitos significa “aparar arestas” e valorizar as potencialidades de cada um em benefício da equipe. Não se trata de “colocar panos quentes”, e, sim, de resolver as questões de forma pontual e harmônica.

O coordenador de voluntários deve estar atento à comunicação, fazer com que as informações circulem entre todas as pessoas e favorecer o diálogo, criando espaço para que o voluntário manifeste suas opiniões, críticas e sugestões. Com a ajuda de subcoordenadores ou de outras pessoas de sua equipe, o coordenador de voluntários consegue estabelecer uma comunicação mais ágil e eficaz com todo o grupo.

Um fator preponderante para o sucesso da coordenação de uma equipe, que evita o aparecimento de conflitos, é a valorização das atividades de cada voluntário, passando a todos a importância de sua contribuição para a organização social.

A boa comunicação propicia o sentido de “pertencer”. O voluntário precisa saber que faz parte de uma equipe, que a equipe faz parte de um todo e que as metas determinadas para ela fazem parte dos objetivos globais da organização social.

Todos os esforços são mobilizados para construir equipes coesas e produtivas, respeitando as diferenças individuais e promovendo a integração. Porém, algumas vezes, é necessário tomar atitudes mais drásticas, como mudar o voluntário de equipe ou, até mesmo, redirecioná-lo para outra organização. O coordenador de voluntários é como o regente de uma orquestra. Afinar instrumentos é extrair deles o seu melhor som. E a beleza da melodia está no conjunto e no equilíbrio das notas tocadas por todos. 

Dicas para administrar conflitos:

- Detectar o problema no início;
- Encontrar solução rápida e objetiva;
- Não “estender” a situação;
- Estabelecer boa comunicação;
- Conhecer bem o voluntário nas várias situações (social e de trabalho);
- Tratar todos com a mesma atenção e respeito.

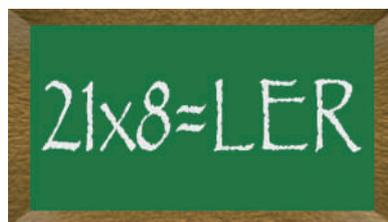


Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva
Aluno da Alfabetização Solidária

Com apenas R\$ 21,00 por mês durante 8 meses, você adota um aluno. A Alfabetização Solidária já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 240 mil alfabetizadores em mais de 2 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**
www.alfasol.org.br

As empresas e o desenvolvimento do voluntariado

Com a necessidade de uma sociedade mais ativa, é possível as empresas incentivarem a prática do voluntariado transformador?

Em meio a séculos de história, o voluntariado no Brasil passou por uma série de momentos até se transformar no que é hoje: uma atitude cívica de consciência social. Com as novas formas propostas pelas teorias da administração, principalmente pelo lado humanístico, com a valorização dos colaboradores e da responsabilidade social, as empresas também começaram a incentivar a prática do voluntariado. Mas o que representa o incentivo das empresas ao movimento do voluntariado? Para o Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV), as empresas são grandes parceiras para o incentivo da prática do voluntariado e para o desenvolvimento de voluntários transformadores, pois trabalhar esses conceitos em um local determinado e que faça parte da rotina dos colaboradores facilita a criação de um ambiente favorável, onde sonhos de transformação social passam a ser coletivos e, portanto, ganham maior possibilidade de impacto.

O fato de o programa de voluntariado ser um propulsor de ações de alto impacto depende da visão da empresa acerca do tema. Se o foco for contar o número de voluntários atuantes e as instituições beneficiadas, mesmo que dentro de uma boa sistematização de processos, os resultados podem reforçar e incentivar práticas assistencialistas. Porém, se o foco for o desenvolvimento humano, com a visão dos colaboradores

como cidadãos e a realização de capacitações, construção coletiva de objetivos e processos, diversidade de saberes e avaliações, os resultados podem influir diretamente em cada colaborador, no clima organizacional, na família e na comunidade na qual o colaborador está inserido.

O foco é o grande diferencial de um programa de voluntariado e do que este programa trará de resultado para a sociedade. É a partir desse entendimento que são definidos os recursos, os processos, as formas de relacionamento e a identidade do programa. Pensar o voluntariado como forma de desenvolvimento de pessoas faz com que a ação seja mais humanizada, e o programa faça sentido para todos os envolvidos.

Alinhados, esses níveis resultam em um grupo apto a realizar seus objetivos olhando para o mundo e resolvendo com ele quais são, coletivamente, suas contribuições. Tal caminho só é possível quando as mudanças que a empresa ou os voluntários querem ver no mundo acontecem individualmente, em cada um de nós.

A missão, a visão e os valores compartilhados resultam em ações que delineiam sua imagem e pautam suas atividades, fazendo com que o programa de voluntariado alcance objetivos antes não imagináveis, aumentando seu status e, consequentemente, sua representatividade na empresa. 



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076



Conhecimento é a mola propulsora do desenvolvimento

Pensando em suprir as necessidades das instituições do terceiro setor a Newdbase, após anos de experiência em Database Marketing, conseguiu reunir conhecimento e tecnologia para auxiliá-lo no que tange a banco de dados e informações sobre o perfil de Doadores Efetivos.

Através de pesquisas de mercado com doadores para as instituições neste setor, a Newdbase identificou perfis de pessoas com o hábito de efetuar doações, que reúnem características específicas e importantes diferenciais que os distinguem e que podem ser explorados como novos e efetivos doadores nas sua ações de marketing dirigido.

Se a sua Instituição visa ampliar, melhorar o relacionamento ou obter resultados mais efetivos, entre em contato conosco, nossos consultores terão prazer em ajudá-lo para que você possa atingir seus objetivos.

Newdbase, Informações com excelência em resultados.

Organizações sociais: descentralização, privatização ou corrupção?



Por Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado, administrador de empresas e pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, em Lisboa. É consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M. Biasioli Advogados e idealizador e editor da Revista Filantropia.

Após dez anos da promulgação da Carta Política, o Estado passou a incluir no debate de sua reforma administrativa – por meio da iniciativa do governo Fernando Henrique Cardoso, que criou a Câmara da Reforma do Estado, presidida pelo Ministro Chefe da Casa Civil – o Programa Nacional de Publicização (PNP), que autoriza o Executivo a descentralizar a ação estatal. Esse modelo adveio do programa britânico de autoria da então primeira-ministra Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro”, denominado “corpos públicos não-departamentais” (ou *quangos, quasi autonomous non governmental organizations*), sob a influência da teoria do Estado Mínimo, defendida na obra do filósofo norte-americano Robert Nozick, que traduziu um marco ideológico por meio do seguinte conceito: “o Estado mínimo é o Estado mais extenso que se pode conceber. Qualquer Estado mais extenso viola os direitos das pessoas”.

Nessa ordem, o Brasil importou o conceito, e por advento da emenda constitucional nº 19/98, resultou a institucionalização do PNP, por meio da lei federal nº 9.637/98, que trouxe a proposta de qualificar como organização social as pessoas jurídicas sem fins econômicos (associações e fundações) que contemplam missão social de desenvolvimento de ensino, pesquisa científica, tecnologia, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, com o fim de descentralizar a missão estatal.

O ponto nodal da iniciativa se prende ao fato da abertura maiúscula para o ente privado de interesse público solenizar, com o Estado, contratos de gestão para a formação de parceria entre as partes, visando ao fomento e execução de atividades relativas às áreas descritas, mediante a destinação de recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento de

seus objetivos, com a dispensa de processo licitatório, cuja regulação partiu da lei subsequente àquela das Organizações Sociais, nº 9.638/98, que acrescentou na Lei das Licitações, nº 8.666/93: “Art. 24 – É dispensável a licitação: XXIV – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão”.

Não é interessante que o êxito da reforma do Estado esteja preso à alforria do excesso de burocracia da Administração Pública, que, segundo o professor Roberto Dromi, é uma cara “máquina de impedir”, ou seja, um código do fracasso, que dispõe: “artigo primeiro: não pode; artigo segundo: em caso de dúvida, abstenha-se; artigo terceiro: se é urgente, espere; artigo quarto: sempre é mais prudente não fazer nada”; porém, dada a cultura corrupta de parte de espertalhões brasileiros, liberdade muitas vezes se confunde com libertinagem, e o uso da organização social pode, em verdade, ser o ralo do dinheiro público. Eis então a razão das críticas ferrenhas que dominam vários atores da sociedade, desde o cidadão até a classe médica.

O Ministério Público, na defesa do erário, está sem frenagem na captura judicial da tergiversação do recurso público, e as organizações sociais (OSs) que se alinham com municípios, sem o mínimo de respeito aos princípios que regem a administração pública, estão visitando o enfadonho papel do réu em ações de quilate milionário.

Longe de isentar a malversação do recurso público, é preciso que haja cautela na tentativa de separar o joio do trigo, sendo necessário rememorar que o contrato de gestão visa exatamente ao contrário, ou seja, tirar das mãos do aparelho do Estado a coisa pública degradada



Centro de Estudos Universais Programação 2010

Dançando pela Paz

Práticas de Danças e Músicas do Mundo

de 21 a 25 de janeiro de 2010

Local: Praia Busca Vida/ Camaçari-Bahia

Informações e inscrições:

Tels.: (11) 3021-4419 e (11) 9225-5376

E-mail: dancandopelapaz@ceuam.org.br

Arte Integrativa

Pós-Graduação (*Lato Sensu*) 2010

Parceria com a Universidade Anhembi Morumbi

Objetivos

Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos da arte, por intermédio de diferentes formas de expressão, para mostrar como a atividade artística é central em processos de transformação e como vem rompendo fronteiras e integrando áreas diversas, como a psicologia, a física e a antropologia, além de ser aplicada nos campos da saúde, do social e da educação.

Programa

Psicologia da Arte; Pedagogia da Arte;
Ateliê de Arte; Conceitos Psicanalíticos
e Filosóficos para o Entendimento
da Experiência Artística;
Imaginário Brasileiro; Ateliê de Corpo e Voz;
Linguagens Expressivas na Educação;
Técnicas Terapêuticas em Arte Integrativa
e Metodologia de Pesquisa em Arte Integrativa.

Local: Universidade Anhembi Morumbi

Informações e inscrições: www.ceuam.org.br

Tels.: (11) 3032-3790 e (11) 9761-4543

E-mail: arteintegrativa@ceuam.org.br

Centro de Estudos Universais

R. Casa do Ator, 99 V. Olímpia CEP: 04546-000

São Paulo-SP Tel.: (11) 3847-3555

www.ceuam.org.br

pela ingerência e ausência de controle. Assim, atacar a concepção da iniciativa legislativa que já deu e está dando certo em países considerados desenvolvidos é alforriar e premiar a deletéria ausência de fiscalização e punição, que seduz a roubalheira.

A própria lei das OSs prevê a atuação do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e da Advocacia da União, no zelo da gestão, sob pena de expropriar bens dos administradores, mediante prévia decretação judicial de indisponibilidade, o que implica afirmar que há, sim, ferramentas eficazes para impedir, ou ao menos inibir, a virulência daquele que enxerga na OS um caminho tortuoso de enriquecimento sem causa, por advento do divórcio do processo licitatório.

O próprio cidadão possui instrumentos jurídicos e sem ônus de ação contra o assaltante do cofre público, quer por meio da denúncia, quer por meio do aforamento de ação popular, cujo mérito é obstruir a tentativa vil do desvio.

De outro lado, não há como deixar de exortar algumas medidas que permeiam os princípios da administração pública, indispensáveis à gestão salutar da organização social, que são o da: legalidade, pessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade, que didaticamente assim devem ser aplicados na operação.

Contratação da mão-de-obra

É certo que o contrato de gestão, como a própria expressão impõe seu conceito, trata-se da gestão de um bem a serviço do público pela iniciativa privada. O Estado, no sentido lato, está limitado a contratar pessoal dentro de um limite orçamentário que não ultrapasse 60% de sua receita, conforme se verifica na previsão contida no artigo 169 da Constituição Federal, e por conta desse impedimento, muitas vezes o Executivo persuade as organizações sociais a se utilizarem da prerrogativa do contrato de gestão para pendurar na folha de pagamento da instituição empregados a serviço do município.

Outra farsa é afastar o servidor público da administração pública, com justificativa alheia à prestação de serviço à OS, e lá o contratar como empregado com salário acima de mercado, o que traduz um desvio de finalidade.

Contratação divorciada do processo licitatório

Mesmo diante da alforria do processo licitatório, é notável e importante que as organizações sociais promovam ao menos uma tomada de preços por advento da contratação de fornecedores, evitando futuramente a torrencial suscitação de uso espúrio do recurso público.

É necessário ainda que haja um sistema de arquivo para resgate histórico de todas as aquisições e contratações, pois o tempo é inimigo da memória, e a ausência de provas materiais quanto à essência do negócio que envolve o dispêndio do recurso do erário poderá conflitar com o princípio da transparência, vindo a macular a gestão da organização social.

Sedução enganosa

A liderança do Poder Executivo, via de regra, possui armas de sedução das associações e fundações que estão acostumadas a conviver com o eco do caixa, e qualquer vintém parece a salvação da lavoura, e acabam muitas vezes comprando dificuldade por conta da facilidade.

Enfim, é indispensável que haja um filtro em toda proposta provinda do Poder Público, avaliando a extensão do contrato, para que possa representar uma complementação à obra estatal, em puro regime de descentralização, pois o desrespeito aos princípios da administração pública poderá transformar a volúpia na indústria da corrupção. ☺

Isenção do PIS

Segundo solução de consulta da Receita Federal nº 86/2009, a instituição privada de ensino superior com ou sem fins lucrativos não-beneficente que aderir ao Programa Universidade para Todos (ProUni), nos termos do art. 5º da medida provisória nº 213, de 2004, ficará isenta da contribuição para o PIS no período de vigência do termo de adesão.

 www.receita.fazenda.gov.br

Dinsa obrigatória I

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa), instituída por meio da resolução CFC nº 1.003/2004, que aprovou a NBC T 15, tem por objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. A elaboração da Dinsa é obrigatória desde 1º de janeiro de 2006, como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas, e deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

Registro nos CMAS E Ceas

A resolução nº 82 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2009, determina que a inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF) é condição essencial para o encaminhamento de pedidos de registro e de concessão ou renovação do certificado, sendo que, na inexistência de CMAS, as entidades deverão se inscrever nos respectivos Conselhos Estaduais de Assistência Social (Ceas). Somente serão aceitos os pedidos de registro e de concessão ou renovação do certificado com a correspondente apresentação de todos os documentos exigidos, conforme regulamentação vigente. Acesse o banco de legislação do site do CNAS.

 www.cnas.gov.br

Dedução de gastos com educação

O limite anual para dedução de gastos com educação da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoas Físicas poderá ser elevado para R\$ 5.700 a partir de 2010. É o que determina o projeto de lei nº 145/09, do Senado, de autoria do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), o qual recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A matéria ainda vai ser analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

 www.senado.gov.br

Lei da Filantropia

No dia 29 de outubro, o Senado Federal aprovou por unanimidade o projeto de lei que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). De acordo com o projeto, a responsabilidade de conceder e renovar os certificados será transferida do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para os Ministérios da Saúde, Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O texto também amplia a validade do certificado para a concessão de isenções fiscais de três para cinco anos. A matéria seguiu para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

 www.audisa.net

Dinsa obrigatória II

Entende-se por informação de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; e a interação com o meio ambiente. Entre as informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados: investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com a educação ambiental quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e passivos e contingências ambientais.

 www.cfc.org.br / www.iob.com.br

Prioridade em processos

Está em vigor a lei nº 12.008/2009, que regulamenta a prioridade na tramitação de processos judiciais para idosos e portadores de doenças graves. A lei reduz a prioridade para idosos de 65 para 60 anos e estende o benefício da prioridade para as pessoas que têm doenças graves, como: tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e síndrome da imunodeficiência adquirida. Segundo a lei, outras doenças também podem ser consideradas graves, mas em todos os casos será preciso a comprovação através de laudo médico especializado.

 www.iob.com.br

Universalização do ensino médio gratuito

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 503/02, da ex-deputada Miriam Reid, que garante a oferta de ensino médio público e gratuito para todos os alunos egressos do ensino fundamental. Atualmente, a Constituição prevê apenas a universalização progressiva do ensino médio gratuito. Já o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, segundo o texto constitucional. O relator da proposta na CCJ, deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), apresentou parecer favorável à PEC 503/02 e também às PECs 78/03, 210/03 e 232/04, que tratam do mesmo assunto e tramitam em conjunto. As propostas serão analisadas por comissão especial antes de serem votadas em dois turnos pelo Plenário.

 www.camara.gov.br

IR de idosos I

Atualmente, a lei nº 11.482/2007 assegura a isenção total do Imposto de Renda (IR) aos aposentados e pensionistas com mais de 65 anos. O benefício atinge apenas quem recebe até o dobro do teto de isenção assegurado a todos os contribuintes, que hoje é de R\$ 1.434,59. Portanto, pela lei atual, a isenção total é apenas para os aposentados, pensionistas e militares reformados que recebem até R\$ 2.869,18. A legislação atual (lei nº 11.052/2004) ainda garante isenção total de IR para aposentadorias de beneficiários que passaram a ser inativos em razão de acidente em serviço ou para aquelas concedidas a portadores de moléstias profissionais, tuberculose, esclerose múltipla, câncer e outras doenças graves.

IR de idosos II

A Câmara Federal analisa atualmente o projeto de lei nº 5.338/2009, do Senado, que isenta de IR a aposentadoria e a pensão até o limite mensal de R\$ 3,8 mil, recebida hoje por contribuintes com mais de 70 anos. A proposta ainda prevê a isenção parcial e progressiva do tributo para idosos a partir dos 66 anos. Com essa idade, o cidadão terá desconto de 20% no IR que incide no valor da aposentadoria de até R\$ 3,8 mil mensais. O desconto vai subir 20 pontos percentuais por ano até a isenção total aos 70 anos. O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

Trabalho de menores

O art. 424 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) diz que é dever dos responsáveis legais de menores (pais, mães ou tutores) afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à saúde e à constituição física, ou prejudiquem sua educação moral.

 www.iob.com.br



Leis que alteram a LDB

A lei nº 12.013, primeira que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), obriga que os informes feitos pela escola sejam comunicados igualmente para a mãe e para o pai, caso não vivam mais juntos. Na segunda mudança (lei nº 12.014), o art. 61 passou a definir o profissional de educação básica. Incluem-se nessa categoria os profissionais com habilitação para lecionar da educação infantil ao ensino médio; os pedagogos habilitados em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional; e os portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, habilitados, que atuam na área educacional. A terceira mudança, publicada em 28 de agosto (lei nº 12.020), altera o art. 20 da LDB, incluindo as “cooperativas educacionais” como modalidade de escola comunitária.

 www.sinprosp.org.br

Imunidade de Oscips

Através de solução de consulta, a Receita Federal se manifestou no sentido de que a exceção prevista no art. 34 da lei nº 10.637/2002, para fins de gozo da imunidade relativa a impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços, alcança apenas as Oscips cujas finalidades sejam a promoção da assistência social e a promoção gratuita da educação.

 www.receita.fazenda.gov.br

Desvio de função

Entidades do Terceiro Setor que trabalham com mão de obra contratada devem ter atenção com a atuação de cada um. Eis um exemplo ocorrido em uma empresa privada que pode se repetir em uma instituição: uma ex-empregada de um banco, que, por longo período, desenvolveu atividades fora das funções para as quais fora contratada, ganhou na Justiça o direito de receber as verbas relativas ao desvio de função. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou recurso da empresa contra a condenação e manteve a decisão adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), que modificou a decisão do julgamento da primeira instância.

 www.tst.gov.br

Registro civil único

A carteira de identidade, o passaporte, o CPF e a carteira de motorista são alguns dos documentos que passarão a ter o mesmo número de registro. A lei nº 12.058/09, que autoriza o registro civil único, foi sancionada no dia 13 de outubro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a unificação, o cidadão terá o número único de registro de identidade civil, válido para os brasileiros natos e naturalizados. A implementação do registro único deve começar em um ano. O Poder Executivo terá 180 dias para a regulamentação. A União poderá firmar convênios com os Estados e o Distrito Federal para implantar o número único e trocar os documentos antigos de identificação. A lei foi resultado da conversão da medida provisória nº 462, que trata do repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

 www.agenciabrasil.gov.br

1 **Quais são os livros que abrangem a Escrituração Contábil Digital (ECD)?**

A ECD compreende a versão digital dos seguintes livros: Diário e seus auxiliares, se houver; Razão e seus auxiliares, se houver; Balancetes Diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. Denota-se que os livros contábeis e demais documentos emitidos de forma eletrônica devem necessariamente ser assinados digitalmente, por meio de certificado de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), visando a garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

2 **O que são contas de compensação?**

As contas de compensação constituem sistema próprio e devem conter o registro de atos relevantes cujos efeitos possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade. Isso é o que determina a Norma Brasileira de Contabilidade T 2.5 – das contas de compensação, aprovada pela resolução CFC nº 612/1985. O subitem 2.5.3, estabelece, ainda, que a escrituração das contas de compensação será obrigatória em casos específicos. Essas contas constituem um sistema que registra operações não modificadoras do patrimônio, razão pela qual são também denominadas “contas extrapatrimoniais” e se posicionam em separado, no Balanço Patrimonial, logo após a totalização do Ativo e do Passivo. O sistema de contas de compensação, portanto, tem característica de controle, principalmente de eventos que possam influenciar o patrimônio da empresa, caracterizadores de expectativas.

3 **Quais contribuintes podem se beneficiar do novo Programa de Recuperação Fiscal (Refis)?**

Podem se beneficiar do novo Refis os contribuintes que têm dívidas com a União e não foram contemplados pelo perdão de débitos de até R\$ 10 mil. Os contribuintes interessados terão de 17 de agosto até 30 de novembro para negociar o parcelamento. De acordo com a regulamentação, as dívidas com vencimento até 30 de novembro poderão ser parceladas em até 180 meses (15 anos). O benefício também abrange contribuintes que já tinham aderido a outros programas de renegociação, como o Refis, o Parcelamento Especial (Paes) e o Parcelamento Excepcional (Paex). Os requerimentos de adesão ao parcelamento deverão ser protocolados exclusivamente nas páginas da PGFN ou da Receita Federal na internet.

4 **As doações efetuadas para Oscip contemplam algum benefício fiscal?**

Conforme teor da solução de consulta da Receita Federal do Brasil nº 106/2009, a partir do ano calendário de 2001, as doações efetuadas às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) poderão ser deduzidas do lucro operacional, tanto para determinação da base de cálculo do imposto de renda quanto para a apuração da base de cálculo da CSLL, desde que a entidade beneficiária atenda às condições estabelecidas na legislação pertinente, dentre elas: a renovação anual da condição de Oscip, observado o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, não sendo permitida qualquer dedução do imposto devido.

5 **As organizações do Terceiro Setor devem fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI) aos seus funcionários?**

Na existência de trabalho que apresente risco ao funcionário, deverá ser fornecido o EPI. Convém lembrar que a Portaria SIT/DSST nº 107/2009 alterou o item 6.6.1 da Norma Regulamentadora – NR 6 (que dispõe sobre o EPI), para estabelecer que cabe ao empregador: adquirir o adequado ao risco de cada atividade; exigir seu uso; fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação; substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego qualquer irregularidade observada; e registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo adotar livros, fichas ou sistema eletrônico.

6 **Posso estabelecer banco de horas em nossa organização?**

O sistema de banco de horas foi elaborado para flexibilizar a jornada de trabalho, vigente a partir da lei nº 9.601/1998. Ocorre compensação quando o empregado trabalha mais horas em um dia e menos horas em outro, ou quando o mesmo não trabalha em determinado dia. Contudo, a compensação das horas extras pelo sistema de banco de horas configura procedimento especial, que necessita ser ajustado com o sindicato representante da categoria dos trabalhadores. Assim sendo, a medida deve ser aplicada em casos excepcionais e em benefício do trabalhador, não podendo ser utilizada para burlar o pagamento de horas extras.

Novembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de outubro/09
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/09
	GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a outubro/09
9	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/09, para pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF mensal
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência outubro/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
13	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 16 a 30 de outubro
	Previdência social	Recolhimento em GPS da competência outubro/09 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em outubro/09
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em outubro/09
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
23	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em setembro/09
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 1º a 15 de novembro
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro/09
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em outubro/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	13º salário	Pagamento da 1ª parcela referente ao 13º salário de 2009

Dezembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em novembro/09
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de novembro/09
	GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a novembro/09
	DACON mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a outubro/09
	GPS	Envio da cópia da GPS relativa à competência novembro/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 16 a 30 de novembro
	Previdência social	Recolhimento em GPS da competência novembro/09 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
18	13º salário	Pagamento da 2ª parcela referente ao 13º salário de 2009
	Previdência social (INSS)	Recolhimento do INSS referente ao 13º salário de 2009
	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em novembro/09
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em novembro/09
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/09
	Previdência social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência novembro/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
21	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente a outubro de 2009
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 1º a 15 de dezembro
	Contribuição sindical	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em novembro/09
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em outubro/09

Tabelas práticas			
Contribuições previdenciárias (INSS)			
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso			
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até	-	-
-	R\$ 965,67	8 %	8 %
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	9 %
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	11 %
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)			
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	
de	até	Empregado	Empregador
-	R\$ 965,67	8 %	12 %
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	12 %
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	12 %
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo			
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao máximo do salário de contribuição.			
4 – Salário mínimo			
Período		Valor	
maio/05 a março/06		R\$ 300	
a partir de abril/06		R\$ 350	
a partir de março/08		R\$ 415	
a partir de fevereiro/09		R\$ 465	

IR - Fonte e Carnê Leão (2008)			
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir	
até R\$ 1.434,59	-	isento	
acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.150	7,5 %	R\$ 107,59	
acima de R\$ 2.150,01 até R\$ 2.866,70	15 %	R\$ 268,84	
acima de R\$ 2.866,71 até R\$ 3.582	22,5 %	R\$ 483,84	
acima de R\$ 3.582,00	27,5 %	R\$ 662,94	

Deduções admitidas:	
a)	Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês;
b)	Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade;
c)	As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
d)	As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; e,
e)	As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.
Cálculo do imposto:	
a)	Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
b)	Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

* Tabelas sujeitas a alterações.

10º

Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

Evento aborda temas essenciais para a gestão do Terceiro Setor

Por Econômica Desenvolvimento Empresarial

Muito embora a última crise econômica mundial tenha deixado sérias marcas em todos os setores, ainda há aqueles que encontram, em meio às adversidades, oportunidades de aprendizado e crescimento, buscando um diferencial que possibilite agregar valor a serviços e produtos – especialmente no Terceiro Setor.

Visando tais oportunidades, a Econômica Desenvolvimento Empresarial promoveu em São Paulo, em 2 de outubro, o 10º Congresso Brasileiro de Direito, Contabilidade e Tesouraria do Terceiro Setor. Realizado no Hotel Renaissance, o evento reuniu cerca de 500 participantes, dentre os quais operadores de Direito, administradores e tesoureiros de organizações não-governamentais, contabilistas e representantes de empresas socialmente responsáveis.

Certificação e isenção

O Terceiro Setor passa por um período de volatilidade legislativa na regulação das certificações e isenções, o que instaura sensação de fragilidade jurídica e de gestão no dia-a-dia das atividades institucionais.

Há vários anos, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tem pautado a discussão sobre o atual modelo de certificação, em vigor desde 1993. “Trata-se de um modelo extremamente burocrático e incompatível com a atualidade, que exige eficiência na prestação de serviços”, afirma Márcia M. B. Pinheiro, presidente do CNAS.

Tendo em vista a necessidade de atualizar e dar mais agilidade ao processo de certificação, é essencial que algumas mudanças sejam feitas, que um novo modelo seja proposto. As consequências imediatas dessas mudanças,

para todas as entidades, de acordo com Márcia, são: redução do lapso temporal na análise e no julgamento de pedidos de concessão, renovação e/ou recursos; desburocratização nas prestações de contas; reconhecimento das entidades como parceiras efetivas das políticas públicas de saúde, educação e assistência social; e estabelecimento de critérios claros para certificação, bem como para a isenção das contribuições sociais.

A conselheira e coordenadora da Comissão de Normas e integrante da Presidência Ampliada do CNAS, Edna Aparecida Alegro, definiu isenção como sendo “uma liberalidade fiscal disciplinada por lei ordinária, editada pelos entes federados após observados critérios de conveniência e oportunidade”.

Rachel Pereira de Almeida, representante da Receita Federal no Conselho de Previdência Social do Distrito Federal – 2006 e 2008, discursou sobre ato cancelatório da isenção e afirmou que “o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com base no artigo 4º da lei nº 8.212, de 1991, cancelará a isenção concedida às entidades se verificado o descumprimento do disposto no artigo em questão”.

Mudanças e nova lei contábil

“A essência das regras contábeis continuará sendo a mesma”, diz Guy Almeida de Andrade, ex-presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Entretanto, ele ressalta que ocorreram modificações nos conceitos de: definição; reconhecimento e mensuração dos elementos; e capital e mensuração de capital.

“O grande desafio para os contadores é assimilar as mudanças ocorridas e buscar adequar a contabilidade à

nova realidade. É importante ressaltar que vários conceitos requerem uma boa dose de julgamento profissional”.

Angela Zechinelli Alonso, membro do Conselho Fiscal do Museu de Artes de São Paulo (Masp), abordou a questão dos reflexos na operação contábil da entidade beneficente após a medida provisória nº 446/2008 e a nova lei contábil. “A partir de agora, adotar o padrão internacional de contabilidade não será mais apenas para grandes empresas. O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu, em julho passado, princípios do International Financial Reporting Standards (IFRS) específicos para pequenas e médias empresas (PMEs), como são consideradas as entidades que não se enquadram no conceito de interesse público”.

Sobre as novas normas, Angela afirma que: “continuarão a seguir o padrão das Normas Internacionais e também a Lei Federal nº 11.638/07”.

Sped

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) é uma solução tecnológica para transmissão eletrônica de escritura contábil em arquivo digital entre os contribuintes e as administrações tributárias. Seu objetivo é promover a atuação integrada dos fiscos, mediante padronização e racionalização das informações e acesso compartilhado à escrituração digital de contribuintes por pessoas legalmente autorizadas.

De acordo com Antonino Ferreira Neves, membro do grupo da construção do Sped Contábil e representante da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), “com a assinatura, em agosto de 2005, do Protocolo de Cooperação entre a Receita Federal do Brasil, as secretarias da Fazenda estaduais e municipais, a criação do Sped se tornou não somente uma grande oportunidade de negócios, como também um imperativo das demonstrações tributárias”.

Outros painéis

José Eduardo Sabo Paes, procurador de Justiça do Ministério Público (MP) do Distrito Federal, abordou a questão das ações, civil pública e popular, em prol da proteção do erário e a entidade beneficente como sujeito passivo.

Já Marcos Biasioli, advogado, editor da **Revista Filantropia** e coordenador geral do congresso, apresentou o painel “Postura jurídica do Terceiro Setor frente ao novo cenário legal e a oportunidade de saneamento tributário”

O diretor da KPMG Auditores Independentes, Marcos Antonio Boscolo, discursou acerca do tema



“Procedimentos contábeis da Entidade Beneficente visando à padronização internacional”, destacando itens como correção de erros contábeis sem depreciação da credibilidade dos registros, e a forma legal da composição da receita.

Alairton José Cabral, coordenador de pós-graduação das Universidades Metodista e Amaro, apresentou o tema “Composição dos ativos financeiros pela tesouraria da entidade beneficente que fomentam a rentabilização de eventual superávit e questões de cautela para com as Instituições Financeiras”.

O painel “Administração financeira e gestão do passivo das entidades beneficentes em tempo de crise” foi apresentado por César Cristiano de Lima, superintendente de Administração Financeira do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte (MG).

Custodio Pereira, diretor geral das Faculdades Integradas Rio Branco, abordou o tema “Gestão da tesouraria da educação”, apresentando, na sequência, o case “Caminhos micro/macro-econômicos que contribuíram com o crescimento das Faculdades Integradas Rio Branco, mesmo em tempo de crise”. Em seguida, foi a vez de Cláudio Coli, presidente da Mastersaf, empresa de sistemas de gestão fiscal e tributária, que discursou sobre “Gestão tecnológica da entidade social”.

Considerações

Para Marcos Biasioli, coordenador geral do congresso, “o evento trouxe novos horizontes aos operadores do social, uma vez que o programa procurou abordar não apenas nuances acadêmicas, mas também a prática. Além disso, a dicotomia dos painéis permitiu uma reciclagem de ordem legal, contábil e econômico”.

Apresentação no Congresso de Direito e Contabilidade

Links

www.economica.com.br
www.mbiasioli.com.br

Planos para o futuro

Planejamento de marketing promove estudo da organização e define ações estratégicas de comunicação

Por Thaís Iannarelli

Estabelecer metas, definir estratégias, recrutar pessoal especializado, realizar análises e alinhar campanhas. Tais ações, entre outras, compõem o planejamento estratégico de um departamento e são essenciais para alcançar qualquer objetivo com mais eficiência e preparo – fato que não é diferente para a área de comunicação e marketing de uma organização social. Como preconizou Peter Drucker, filósofo e economista austríaco conhecido como o pai da gestão, “o planejamento não é uma tentativa de prever o que vai acontecer. O planejamento é um instrumento para raciocinar agora sobre que trabalhos e ações serão necessários hoje para merecermos um futuro”.

Por isso, buscar alguns recursos utilizados pela iniciativa privada pode ser favorável para tornar o planejamento

de marketing mais profissional. A diferença está na filosofia das organizações do Terceiro Setor, que não visam ao lucro, mas às causas sociais que precisam ser apoiadas. “Entendemos que as ações de marketing são muito importantes para divulgar a marca da instituição e, ao mesmo tempo, captar recursos de novos investidores. É extremamente importante fazer um planejamento estratégico para que as metas sejam alcançadas”, diz Claudia Bonfiglioli, presidente da Casa Hope, organização que atende crianças e adolescentes portadores de câncer e transplantados de medula óssea, rim, fígado e pâncreas.

Marketing social

Quando se pensa em marketing, logo vem a ideia de produto, preço, praça e cliente – preocupações que não



estão claramente presentes no dia-a-dia das organizações sociais. Por isso, o desafio das instituições é transformar tal pensamento para que a o objetivo da implantação do marketing seja trazer mais eficiência para as ações. “O marketing é uma ferramenta imprescindível para qualquer atuação na área social. Hoje em dia, é praticamente obrigatório para o Terceiro Setor aparecer, chamar a atenção. Mas, é claro, isso deve ser respaldado em ações consistentes”, complementa Marco Ciampi, presidente da Arca Brasil, organização que promove o bem-estar e o respeito aos direitos dos animais.

Segundo o autor Philip Kotler, no livro *Marketing social: estratégias para alterar o comportamento público*, “o termo apareceu pela primeira vez em 1971 para descrever o uso de princípios e técnicas de marketing para

a promoção de uma causa, ideia ou comportamento social. Agora, é uma estratégia de mudança de comportamento. Ele combina os melhores elementos das abordagens tradicionais da mudança social num esquema integrado de planejamento e ação, além de aproveitar os avanços na tecnologia das comunicações e na capacidade do marketing”.

Porém, um ponto a ser levado em consideração é que o objeto de trabalho, ou seja, o “produto” da organização será sempre seu objetivo final, a missão, razão pela qual a instituição existe e atua. Muitas vezes, a preocupação em captar recursos desvia o foco dessa finalidade. “Infelizmente, percebemos que grande parte das organizações acaba perdendo um pouco o sentido do que está fazendo. Elas ficam tão voltadas para os meios que se

O objeto de trabalho, ou seja, o “produto” da organização será sempre seu objetivo final, a missão, razão pela qual a instituição existe e atua

esquecem do fim”, explica Claudia Amaral, consultora em gestão e captação de recursos para o Terceiro Setor e projetos sociais e membro da diretoria da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Desafios

Não se esquecendo do fim, então, as semelhanças dos meios com as estratégias utilizadas no setor privado servem de lição. Assim como no Segundo Setor, em que existe a relação da empresa com seus clientes, o relacionamento com voluntários e patrocinadores deve ser levado com responsabilidade e cuidado; da mesma forma, clareza e transparência na prestação de contas serão cobradas pelos doadores e financiadores de projetos. “Creio que a maior e melhor estratégia seja a transparência, que mostra a instituição como uma empresa social na qual os recursos são aplicados de forma correta”, explica Claudia Bonfiglioli.

A Associação Americana de Marketing define o conceito como “o processo de planejar e executar a concepção, preço, comunicação e distribuição de ideias, bens e serviços, a fim de criar trocas que satisfaçam indivíduos e organizações”. Partindo dessa explicação, a troca de relações que traz resultados positivos para

ambos os lados é parte essencial do marketing. Em uma organização social, os doadores se sentem gratificados e reconhecidos e, em troca, doam recursos para apoiar uma causa. Os voluntários, como retorno por doarem seu tempo, ganham realização pessoal e aprendizado. Ao patrocinar um projeto, o empresário cede infraestrutura e recursos e recebe reconhecimento e benefícios para sua imagem no mercado.

Por isso, é importante valorizar essas diversas relações e se organizar para que elas tragam resultados interessantes para os envolvidos. “O planejamento de marketing é tão importante quanto o planejamento de outras áreas da organização. Acho que uma instituição com um bom plano estratégico chega muito mais rápido aos seus objetivos”, diz Claudia Amaral.

Ferramentas

Antes de pensar no passo a passo da elaboração do plano, alguns pontos da comunicação merecem destaque e devem receber cuidados:

- **Criação ou reformulação do site:** em tempos de internet, a página da organização é o principal “cartão de visitas” para quem quer conhecê-la (possíveis voluntários, parceiros, doadores, colaboradores etc.).

Planejamento de marketing passo a passo



Para se elaborar um planejamento de marketing, tudo começa com a comunicação elementar: o que vou dizer, para quem, como e em que momento. Com essas informações definidas, as etapas apresentadas a seguir se tornam mais fáceis.

1 Sumário executivo

O primeiro item do plano de marketing, na verdade, deve ser o último a ser redigido. Isso porque ele é um resumo de tudo que foi mencionado: traz as características do negócio, a situação atual, os objetivos, as estratégias e os esforços necessários.

2 Análise de ambiente

Estudar o ambiente no qual a organização se encontra e também seu funcionamento interno é, de fato, o primeiro passo para saber quais ações de marketing são mais viáveis.

Ambiente externo

- Analisar as influências positivas ou negativas que vêm de fora;
- Verificar que outras organizações trabalham com o mesmo público e quais são as suas formas de atuação;
- Estudar o público beneficiado e seu perfil (idade, fatores socioculturais, escolaridade etc.);
- Analisar os fatores econômicos, sociais, culturais e legais que podem interferir na sua atividade fim;
- Acompanhar o desenvolvimento da tecnologia e novas oportunidades de inserção da organização na mídia.

Por isso, deve-se pensar em investir nesse meio de comunicação. Alguns itens a serem levados em conta no site são:

- A navegação fácil é convidativa aos doadores – é recomendável que o processo de doações on-line seja simples, objetivo e de fácil visualização;
- Separe uma área especial para contatos de mídia, também de fácil visualização – o espaço deve dispor de fotos da organização, telefones e e-mails dos responsáveis pela assessoria de imprensa e informações da área de atuação (por exemplo, uma instituição que trabalha com crianças e adolescentes pode publicar indicadores de trabalho infantil, mortalidade e educação);
- Os voluntários também devem ter facilidade para encontrar informações no site sobre como podem ajudar;
- Logo na página inicial, o leitor deve visualizar as principais informações sobre a entidade de maneira sucinta: um resumo da missão é uma boa maneira de transmitir essa mensagem;
- Certifique-se de que o conteúdo que chama mais atenção no site seja sobre o objetivo final da organização;

Carta na manga

Na hora de planejar, de estabelecer metas e estratégias, é essencial pensar também no que pode dar errado – os obstáculos e mudanças que podem aparecer no meio do caminho. Tais contratempos são conhecidos como Fatores Críticos de Sucesso (FCS) e, por causa deles, é altamente recomendável possuir um plano “B”. Imaginar o que pode dar errado para cada atividade e sugerir diferentes soluções é uma maneira de evitar esses problemas. Se a instituição perceber que precisa aumentar sua equipe, deve avaliar quais problemas podem surgir (escassez de recursos e espaço físico limitado, por exemplo) e definir soluções diferentes (captação de recursos de diferentes fontes, ampliação do espaço, compra de material de escritório e equipamentos etc.).



Esse tipo de avaliação demonstra os fatores que ameaçam a organização e os que geram oportunidades para seu crescimento.

Ambiente interno

- Avaliar os equipamentos e a infraestrutura disponíveis na instituição;
- Analisar os recursos humanos: equipes, departamentos e sua atuação;
- Verificar os valores e a missão da entidade.

Nesse momento do estudo, aparecem as forças e as fraquezas com as quais a instituição convive. Dos pontos abordados, surge a conhecida análise colocada em prática no Segundo Setor: a FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças):

Oportunidades	Ameaças
Aumento do número de idosos	Muitas organizações da mesma natureza já existem na região
Demanda por serviços de alta qualidade	
Aumento dos gastos em saúde	
Forças	Fraquezas
Facilidade de acesso	Não há acesso para deficientes
Boa localização e visibilidade	Não há estrutura de tecnologia
Estrutura bem conservada	Os Recursos financeiros são limitados
Imagem de organização idônea	

*Quadro baseado em *Como elaborar um plano de marketing*, publicação do Sebrae-MG

3 Definição de público-alvo (beneficiados)

O terceiro passo consiste em definir qual (ou quais) segmento da população será beneficiado pelos trabalhos da instituição. Há alguns fatores que ajudam nessa separação:

- **Geográficos:** amplitude da atuação da organização (se é em um bairro específico, uma cidade, um país ou nível internacional);
- **Demográficos:** faixa etária dos atendidos; sexo; profissão; renda; idade; e escolaridade, por exemplo;
- **Comportamentais:** local em comum que as pessoas frequentam, estilos de vida e consumo, entre outros.

Conhecer bem o público-alvo faz com que a organização defina com mais clareza e objetividade as atividades que for exercer. Isso é importante também para o próximo passo do planejamento.

4 Definição do posicionamento da instituição

É nesse ponto que se define qual imagem a instituição transmite para o público externo, sejam os colaboradores, funcionários, voluntários, doadores ou *stakeholders*. Como se sabe, credibilidade e transparência são as qualidades que mais importam quando se trata de conseguir recursos na área social, sejam eles humanos ou financeiros. Por isso, prestar contas e possuir dados específicos sobre os resultados atingidos é essencial.



As estratégias de marketing permitem definir como as metas e objetivos serão alcançados. Para isso, o composto de marketing, ou os famosos 5 P's (produto, preço, praça, promoção e pessoas), pode ser transformado para se adequar ao Terceiro Setor



- As cores e o conteúdo do site devem ter relação com os produtos promocionais da instituição. Por exemplo, o logo e as cores utilizadas formam a identidade da instituição, e esta deve ser mantida em todos os outros lugares.

- **Veículo impresso:** se já existir, vale pensar em uma reformulação de conteúdo, formato e seções. Alterações como essas dão uma cara nova para a publicação e podem atrair mais leitores. Se ainda não houver, é necessário planejamento para se criar um. Alguns itens a serem levados em consideração:

- Elencar pessoas da área de comunicação (funcionários ou voluntários) como responsáveis pelo conteúdo, criação de textos e captura de imagens para a publicação;
- Prezar pela qualidade do conteúdo – checar o que realmente interessa para o público-leitor da sua publicação. Por exemplo, se for voltada para os *stakeholders*, mostrar resultados positivos, projetos e fotos das atividades;
- Manter a periodicidade da publicação é importante para fidelizar os leitores;

Para verificar qual é o posicionamento da sua organização, é preciso voltar ao passo 2 (análise de ambiente), checar os dados das outras instituições e compará-los aos resultados atingidos por você. Recomenda-se criar um sistema de pontuação para avaliar como estão os serviços prestados pela sua organização. Por exemplo, se o trabalho for realizado com idosos, a análise pode ser feita da seguinte maneira:

Conceito	Excelente	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não tem
Pontuação	5	4	3	2	1	0

Atividades	Ponto
Composição da equipe	
Acessibilidade (estrutura física)	
Atendimento	
Diversidade de atividades	
Infraestrutura do local	
Período do atendimento	
Análise de resultados	

5 Definição da marca

A marca da instituição é a sua identidade, a parte visual que a faz ser reconhecida pelo público externo. Os pontos analisados até aqui devem ser revistos para sua criação ou reestruturação, já que a marca deve ter tudo a ver com a missão da organização.

A logomarca geralmente traz um nome e um símbolo, ou somente um símbolo. Sua criação requer dedicação para que ela traduza realmente a imagem da organização, o que

ela pretende transmitir. Às vezes, é possível criar também um *slogan*, ou seja, uma frase de impacto que acompanha a marca e também se torna parte de sua identidade.

Antes de criar um nome, é importante fazer a pesquisa no site do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e descobrir se ele já foi registrado por alguma outra instituição. Se sim, é preciso criar outro. Se não, é preciso registrá-lo.

O mesmo acontece com o site, que deve ter coerência com a marca (pelo uso das mesmas cores, por exemplo). O domínio da página também deve ser registrado, se ainda não existir, pelos sites www.registro.br ou www.fapesp.org. A marca não deve ser alterada, nem a logomarca. Assim, sua imagem será consolidada e poderá ser utilizada como uma ferramenta de marketing da organização.

6 Definição de objetivos e metas

Aqui, define-se o que se pretende alcançar com as ações de marketing.

Os objetivos são resultados mais simples e amplos. Por exemplo: fornecer o melhor atendimento.

As metas, por sua vez, são os retornos mais específicos: aumentar o número de beneficiados em 40%. É importante lembrar que devem ser estabelecidas metas realistas e tangíveis.



- Elaborar um veículo impresso não é fácil e requer tempo – certifique-se de que a organização tem realmente disponibilidade para se dedicar a essa atividade.
- **Intranet:** a comunicação interna é essencial para qualquer organização – sem organizar isso, fica mais complicado pensar em como comunicar as ações para o público externo. Por isso, investir em um bom sistema de intranet que, basicamente, é uma versão minimizada da internet, confinada a uma organização, é altamente recomendável para aprimorar a área de comunicação.
- **Assessoria de imprensa e relações públicas:** tanto o contato com a imprensa quanto o relacionamento entre os funcionários, voluntários, *stakeholders* e diretoria da organização devem ser desenvolvidos de maneira profissional. Por isso, profissionais de assessoria de imprensa e de relações públicas têm muito a oferecer para a causa. Envio de releases, apoio aos jornalistas, pesquisas de opinião pública, estruturação de eventos e a construção da imagem da instituição são algumas

das atividades realizadas por esses dois tipos de profissional.

Plano de marketing na prática

Depois de realizar todo esse estudo, é hora de colocá-lo em prática. Por isso, é preciso desenhar, ainda, outra sequência de ações:

- **Ações (o que):** identificação das atividades a serem desempenhadas;
- **Período (quando):** determinação de prazos para a execução de cada atividade;
- **Como:** definição da forma como as atividades serão realizadas, dividindo-as por prioridade;
- **Responsável (quem):** atribuição de responsabilidades pela execução de cada atividade;
- **Custo estimado (quanto):** levantamento de custos envolvidos, como com a criação, confecção e envio de materiais promocionais.

Por fim, faz-se uma avaliação para comparar o desempenho esperado e o desempenho real do plano de marketing. Por isso, ela deve acontecer antes, durante e depois da sua elaboração, a fim de aprimorar as estratégias e a forma de atuação para os próximos períodos. 🍀

Links

www.arcabrasil.org.br
www.hope.org.br
www.inpi.gov.br
www.sebraemg.com.br

7 Definição das estratégias de marketing

As estratégias de marketing permitem definir como as metas e objetivos serão alcançados. Para isso, o composto de marketing, ou os famosos 5 P's (produto, preço, praça, promoção e pessoas), pode ser transformado para se adequar ao Terceiro Setor.

- **Produto:** pensando na área social, o produto é tudo aquilo que a organização oferece ao seu público-alvo. Serviços, atividades e valores que existem para satisfazer as demandas; ou seja, todas possuem seus produtos. O importante é definir quais são as necessidades específicas dos beneficiados e trabalhar para que aquilo que eles recebem seja o melhor possível. Assim como produtos que compramos no supermercado, por exemplo, as necessidades do público-alvo de uma organização podem mudar com o tempo. Por isso, seus serviços devem ser baseados na demanda dos atendidos e devem ter flexibilidade para serem alterados;
- **Preço:** para o Terceiro Setor, quase nunca é possível cobrar diretamente dos públicos beneficiados pelos serviços prestados. Por isso, o preço, aqui, diz respeito às necessidades de recursos de acordo com os custos previstos. Nessa conta entram também os apoios de financiadores e doadores, assim como outras formas de captação de recursos possíveis;
- **Praça:** esse quesito trata da forma como a organização torna seus produtos acessíveis ao público. Isso pode acontecer por canais diretos, ou seja, a organização utiliza sua sede própria para realizar suas atividades fim, ou por meio de

parcerias com empresas e outras organizações – situação na qual a prestação do serviço se alonga e atinge mais pessoas;

- **Promoção:** como o próprio nome diz, esse é o momento de promover seu produto, ou seja, fazer com que as pessoas saibam que ele existe e como pode ajudar. Aqui entra a comunicação, e devem-se analisar os melhores meios para atingir os públicos previstos, o tipo de mensagem e sua periodicidade, por exemplo. Fazer uso da internet, meio de comunicação que mais cresce atualmente, é uma boa estratégia. Redes sociais gratuitas são uma boa dica de espaço para inserir sua marca. Além de não gerarem custos, divulgam o trabalho e promovem a interação com os interessados no projeto;
- **Pessoas:** sem elas, não há como uma organização trabalhar com eficiência e obter sucesso em seus resultados. Por isso, manter todos os funcionários, voluntários, colaboradores e *stakeholders* informados sobre as atividades realizadas, prestar contas e divulgar projetos é essencial para o bom andamento da instituição. Outro ponto a ser observado é a motivação. Voluntários, por exemplo, que dedicam seu tempo sem esperar retorno financeiro, precisam de incentivo para continuar participando dos trabalhos. Uma carta de agradecimento, convites para os eventos da organização e brindes no final do ano são exemplos do que pode ser feito.



Retrato do **Bra**

Por Valeuska de Vassimon

Um Brasil mais pardo, com maior longevidade e famílias cada vez menores. Estas são algumas das conclusões da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE, em setembro, que analisa as características gerais do país, como: população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílio e rendimentos, entre outros.

Neste ano, a boa notícia ficou por conta do trabalho infantil, que apresentou uma queda acentuada entre a faixa de 5 e 13 anos. Além disso, o brasileiro viu sua renda aumentar 1,7% acima da inflação.

No entanto, em pleno século 21, há ainda 9,2 milhões de residências que dependem de poços, nascentes, carros-pipa ou da água da chuva para atividades simples do dia a dia, como tomar banho, por exemplo. E mesmo com tantas campanhas sociais, 2,2 milhões de casas ainda não possuem nenhum tipo de escoamento para o esgoto.

Veja, abaixo, alguns resultados da publicação, que entrevistou cerca de 150 mil domicílios brasileiros.

Analfabetismo

A taxa de analfabetismo do país apresentou ligeira queda; ainda há 14,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. Segundo a Pnad, um em cada dez brasileiros com 15 anos ou mais não consegue ler ou escrever um bilhete simples. Dos 14,2 milhões, 95% têm 25 anos ou mais, sendo que mais da metade dos analfabetos do Brasil vive no Nordeste (7,5 milhões), seguida pelo Norte.

O número de analfabetos funcionais, pessoas que sabem ler, mas não conseguem usar a leitura, a escrita e o cálculo para levar adiante seu desenvolvimento, apresentou uma ligeira queda. No entanto, ainda há 21% de pessoas com mais de 15 anos com menos de quatro anos de estudo completo, sendo 10,2% homens e 9,8% mulheres.

Pessoas Analfabetas com 15 anos ou mais	Homens (%)	Mulheres (%)
Norte	26,3	22
Nordeste	34,3	29,2
Sudeste	15	16,5
Sul	15,5	16,9
Centro-Oeste	20,1	18,3

Trabalho infantil

Já o número de crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos que trabalham apresentou queda significativa de 20% em um ano. Cerca de 4,5 milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalham no Brasil, sendo a maioria com trabalho doméstico. Segundo a legislação brasileira, nenhum tipo de trabalho é permitido para menores de 14 anos.

A pesquisa mostra, ainda, que as crianças e adolescentes que trabalham têm um salário pequeno, ou até mesmo trabalham de graça. A média salarial foi de R\$ 269 mensais. Segundo o Ministério do Trabalho, mais de 90% dos casos de trabalho infantil não são remunerados. Apenas 9,7% possuem carteira de trabalho assinada.

Faixa etária	Número de crianças/adolescentes ocupados em 2007	Número de crianças/adolescentes ocupados em 2008
5 a 17 anos	4,8 milhões	4,4 milhões
5 a 13 anos	1,2 milhão	993 mil
5 a 9 anos	158 mil	141 mil
10 a 13 anos	1 milhão	852 mil

Migração

A região Centro-Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, é um dos principais polos migratórios do país. Segundo a pesquisa, mais da metade da população é não-natural do município, e 35,6% é oriunda de outros Estados. Na região Norte, a segunda com residentes nascidos em outros Estados, o percentual é de 21,9%.

A maioria das pessoas que migram para a região é de São Paulo e do Paraná, atraída pela falta de mão

Sil

Confira os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, em áreas como analfabetismo, trabalho infantil e raça

de obra qualificada. Já os nordestinos realizam trabalho de baixa qualificação, como o plantio da cana-de-açúcar.

Segundo especialistas, os migrantes são atraídos para a região por questões econômicas, visto que há mais incentivo fiscal e o número de sindicatos é reduzido.

Centro-Oeste	Em relação aos municípios (%)	Em relação aos Estados e ao DF (%)
Naturais	45,8	64,4
Não-naturais	54,2	35,6

Raça

Em um ano, a população brasileira viu desaparecer 450 mil brancos e 1 milhão de negros, enquanto ganhou 3,2 milhões de pessoas que se declaram pardas, tanto na população masculina como na feminina.

Para especialistas, como a noção de raça é uma construção social, os dados podem estar ligados a questões subjetivas, como o preconceito ou a incerteza sobre a identidade negra. O que espanta, no entanto, é o aumento do número de pessoas brancas que se autodeclararam pardas.

Enquanto no Norte e no Nordeste há mais de 70% de pessoas que dizem ser predominantemente pardas ou negras, na região Sul, 78,7% dos entrevistados se declaram brancos. A diferença de etnias no campo e nos centros urbanos também é expressiva: 60,4% de pardos ou negros trabalham no campo, enquanto 50,3% de brancos trabalham na cidade.

	1940 (%)	2008 (%)
Branca	64	48,8
Preta	14	6,5
Parda	21	43,8
Amarela/indígena/sem declaração	1	0,9

Emprego

O Brasil viu o índice de trabalho com carteira assinada aumentar de 33,1 para 34,5% em um ano, sendo a região

Norte o maior destaque, com um aumento de 2,1 pontos percentuais.

Também houve um crescimento do rendimento médio mensal dos funcionários, estimado em R\$ 1.034 em 2008, e do número de trabalhadores com carteira assinada.

Segundo a pesquisa, grande parte do desemprego atinge os jovens entre 18 e 24 anos, e uma possível explicação para o fenômeno é a exigência de não apenas o nível de escolaridade, mas de qualificação técnica para certos empregos.

	Empregabilidade em 2007 (%)	Empregabilidade em 2008 (%)
Norte	20,9	23
Sul	37,2	38,8
Sudeste	42,2	43,6
Centro-Oeste	31,8	33
Nordeste	19,9	20,9

Habitação

Segundo a Pnad, a rede de abastecimento de água cresceu 0,7 ponto percentual entre 2007 e 2008, sendo a região Nordeste a maior beneficiária do aumento. A região Norte tem apenas 58,3% das casas com água encanada e os três Estados com as redes mais precárias: Rondônia, Pará e Acre.

A situação não é diferente na coleta de esgoto. Enquanto o Distrito Federal trata 96,8% do esgoto residencial, o Tocantins trata apenas 32,1%, e o Mato Grosso do Sul, 24%.

Segundo o IBGE, a coleta de lixo cresceu 0,6 ponto percentual em um ano. O Sudeste tem 95,3% do lixo recolhido, enquanto o Nordeste tem apenas 24,6%, configurando o pior quadro. 

	2007 (%)	2008 (%)
Rede de água	83,2	83,9
Rede de esgoto	51,1	52,5
Rede elétrica	98,2	98,6
Coleta de lixo	87,3	87,9

Link 

<http://downloads.uol.com.br/windows/educativos/pnad2008-sintese.jhtm>

Compostagem doméstica: vida a partir do lixo (II)



Fernando Credidio

fecredidio@gmail.com

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações, e consultor em Comunicação voltada à sustentabilidade.

Como abordado na edição anterior, a compostagem permite ao cidadão valorizar os seus resíduos orgânicos no próprio jardim ou quintal. Esse processo promove a decomposição pela ação de micro-organismos, poupando custos ambientais e econômicos de transporte e deposição desses detritos em aterros sanitários.

Entretanto, é importante salientar que a compostagem doméstica vale a pena desde que seja clara a destinação que será dada ao composto. Quem não possui muitos vasos ou áreas ajardinadas para consumir todo esse adubo, deve se organizar para doá-lo a amigos ou aplicá-lo em áreas verdes da vizinhança.

Passo-a-passo

Uma vez escolhido o tipo de composteira (assunto abordado na última edição), chega o momento de dar início ao processo. São três os passos restantes a serem seguidos:

A escolha do local da composteira

A composteira deve ser instalada em local de fácil acesso, com um misto de sombra e sol. De preferência, deve estar em uma superfície permeável e sob uma árvore de folhas caducas ou decíduas (aquelas que “morrem” nas épocas em que há menos luz ou a temperatura é baixa).

A composteira funciona na sombra ou no sol, mas pode requerer alguma atenção extra, em particular, quanto à umidade. Se ela ficar exposta ao sol durante todo o dia, a pilha poderá secar excessivamente. Ao contrário, se for colocada na sombra, não vai tirar proveito do calor solar e poderá ficar com excesso de umidade.

Em locais de clima seco, a localização ideal para uma pilha de composto é sob uma árvore, que proporciona sombra durante parte do dia e evita a secagem e arrefecimento do composto. Em locais de clima úmido, convém cobrir a pilha ou a composteira, porque o excesso de água atrasa a decomposição.

A compostagem

Materiais necessários:

- Materiais orgânicos verdes (restos de vegetais crus; cascas e restos de frutas; borra de café, incluindo filtros; arroz e massas cozidas; folhas verdes; saquinhos de chá; cereais; ervas sem sementes; aparas de grama cortada; flores; cascas de ovos esmagadas e pão);
- Materiais orgânicos castanhos (feno; palha; aparas de madeira; serragem; ervas e folhas secas; ramos pequenos);
- Água;
- Tesoura de poda (para reduzir a dimensão dos resíduos a serem compostados);
- Ancinho (para remexer o material);
- Termômetro;
- Regador.

Procedimento:

- Corte os resíduos em pedaços pequenos;
- Coloque ramos grossos no fundo da composteira, aleatoriamente, promovendo o arejamento e impedindo a compactação;
- Adicione uma camada de 5 a 10 centímetros de material orgânico castanho;
- Adicione uma mão cheia de terra ou composto pronto, polvilhando-o. Essa quantidade conterá micro-organismos suficientes para iniciar o processo de compostagem (os próprios resíduos que forem adicionados também conterão micro-organismos). Atente para o detalhe de que grandes quantidades de terra adicionadas diminuem o volume útil da composteira, além de compactar os materiais, o que é indesejável;
- Adicione uma camada de material orgânico verde;
- Cubra com outra camada de material orgânico castanho;
- Regue cada camada de forma a manter um teor de umidade adequado. Esse teor pode ser medido por meio do “teste da esponja”, ou seja, se ao espremer

uma pequena quantidade de material da pilha a mão ficar úmida, sem pingar, a umidade é a adequada;

- Repita o processo até obter cerca de 1 metro de altura. As camadas podem ser adicionadas de uma vez ou na medida em que os materiais ficarem disponíveis.
- A última camada adicionada deve ser sempre de material orgânico castanho, a fim de diminuir os problemas de odor e a proliferação de insetos e outros animais indesejáveis.

As folhas acumulam-se em um espaço de tempo muito reduzido e em grandes quantidades. Dessa forma, caso elas não caibam na composteira, poderão ser enterradas no solo ou utilizadas como cobertura em volta do pé de plantas e árvores.

A manutenção do composto

- **Arejamento:** é fundamental para fornecer oxigênio aos micro-organismos aeróbios que fazem a decomposição da matéria orgânica e para a oxidação das moléculas orgânicas que constituem os resíduos. Quando não há oxigênio suficiente, os micro-organismos aeróbios não conseguem sobreviver, dando lugar aos anaeróbios (que sobrevivem na ausência de oxigênio). Contudo, se isso acontecer, além da decomposição se retardar em cerca de 90%, produz-se sulfato de hidrogênio, cadaverina e putrescina – como os nomes sugerem, são os responsáveis pelo odor fétido do processo de compostagem.
- **Temperatura:** o aumento da temperatura é o resultado do trabalho dos micro-organismos que decompõem os materiais orgânicos. São desejáveis temperaturas entre 50 e 60°C, porque matam as sementes de ervas daninhas e aceleram o processo da compostagem. Para valores muito elevados, a temperatura passa a ter efeito inverso, retardando ou eliminando a atividade microbiana. É importante que a temperatura aumente pela ação microbiana, e não pelo calor do sol. No entanto, é comum que a pilha de compostagem não atinja a temperatura desejável, uma vez que, durante o processo, diversas temperaturas são observadas. Para controlar essa variável, meça a temperatura do ar e anote o valor obtido. Em seguida, coloque o termômetro no composto e deixe estabilizar, anotando também o valor obtido. Essa operação deverá ser repetida no fundo, no topo e no interior da pilha do composto.
- **Umidade:** os micro-organismos necessitam de umidade para se movimentar na pilha e para decompor os materiais, já que só são capazes de decompor os

nutrientes que se encontram na fase dissolvida. Pouca umidade atrasa a decomposição, umidade em excesso expulsa o ar, sufocando os micro-organismos mais eficientes. O grau de umidade ideal é entre 50 e 60%.

- **Mistura / revolvimento:** o revolvimento permite a homogeneização inicial (para distribuição uniforme de nutrientes e micro-organismos), o fornecimento de oxigênio, o controle da temperatura e da umidade do resíduo em compostagem. Sua periodicidade depende de vários fatores, como a dimensão da pilha e o tipo e a quantidade de materiais adicionados.
- **pH:** um pH inicial entre 5,5 e 8,5 é o mais adequado aos micro-organismos presentes na compostagem, mas o processo pode decorrer com sucesso fora dessa gama de valores. O composto final deve apresentar o pH entre 7,5 e 9. Para se controlar essa variável, é preciso utilizar uma fita de papel indicador de pH no composto, que deve estar úmido. Depois de algum tempo, a fita deve ser removida e comparada à escala de cores que acompanha o produto.

Tempo de compostagem

Quanto maior for a atenção à pilha de compostagem, mais rapidamente funcionará a composteira. Se as necessidades nutricionais da pilha forem atendidas e se os materiais forem adicionados em pequenas quantidades, alternando-se camadas de materiais verdes e materiais castanhos, o composto pode estar pronto de dois a três meses. Caso o material seja adicionado continuamente, a pilha, remexida ocasionalmente, e a umidade, controlada, o composto estará pronto dentro de três a seis meses.

Aplicação do composto

Quando o composto estiver pronto:

- Retire-o da pilha de compostagem;
- Deixe o composto repousar de duas a quatro semanas antes da sua aplicação, especialmente em plantas sensíveis, colocando-o em local protegido do sol e da chuva. O composto deverá ser usado uma vez por ano, na altura das sementeiras, sendo preferível aplicá-lo na primavera ou no outono. Se usar o produto em plantas envasadas, misture 1/3 de composto com 1/3 de terra e 1/3 de areia. Se houver pequena quantidade de composto, espalhe-o por cima da terra no local onde se pretende semear. Ao contrário, se houver grande quantidade de composto, espalhe-o em camadas de 1 a 2 centímetros de espessura misturadas com o solo sem enterrar ou, ainda, espalhe-o em camadas de 2 centímetros em volta das árvores, e não misture com o solo. 

Lideranças integrais para um mundo sustentável



Marcelo Linguitte

Diretor gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis

Um dos aspectos fundamentais quando se fala em implantação da sustentabilidade nas empresas é compreender o tema como um sistema de gestão vinculado aos negócios da empresa, e não como ações isoladas, desconectadas das demais práticas empresariais. Mas o que significa sistema? Segundo o Dicionário Prático da Língua Portuguesa, é uma “combinação de partes coordenadas para um mesmo resultado”, ou de maneira a formar um conjunto que tenha sentido para o resultado que se deseja conseguir.

No caso da gestão para a sustentabilidade, as partes coordenadas que devem compor uma ação efetiva nesse tema são:

- Políticas gerais em sustentabilidade e específicas por *stakeholder*;
- Estrutura de gestão adequada ao porte e necessidades da empresa nesse tema;
- Conjunto de estratégias, ações e práticas claramente definidas e planejadas;
- Conjunto de indicadores de desempenho que permita monitorar a adequação da empresa aos requisitos obrigatórios aos quais a empresa se submete e aos compromissos voluntários adotados pela companhia.

Para o desenvolvimento de cada um desses aspectos, as empresas contam com metodologias e consultores (quase sempre) capacitados para apoiá-las. No entanto, há um aspecto que está parcialmente descrito

no segundo item (estrutura), mas que permeia todo esse sistema e é fundamental para a implantação de um sistema de gestão de sustentabilidade na empresa. Trata-se da liderança integral, responsável por conduzir esse processo.

Um amigo me disse que todos nós somos líderes dependendo da situação em que nos encontramos e da tarefa que deve ser realizada. De acordo. Nesse ponto, o ideal é que líderes e liderados se revezem nesses papéis, na medida da necessidade do objetivo que se quer atingir.

Assim, gostaria de focar na figura que atua como líder dentro da empresa em seu momento específico, e discutir esse papel tão importante. Alguém já disse que os líderes são aqueles que deixam marcas. No entanto, o que temos visto nas organizações são pessoas que deixam cicatrizes, e não marcas. Nossos ambientes empresariais estão repletos de factoides de líderes que atingem resultados a um custo humano bastante elevado. O rastro desses pretensos líderes é feito de mágoas, estresse, desrespeito e assédio moral. Se pretendemos construir empresas mais “sustentáveis”, devemos nos perguntar que tipo de lideranças temos internamente e se elas realmente contribuem para o sucesso do negócio em longo prazo.

Não pretendo abordar os diversos (e inúmeros) atributos ou competências que um líder “sustentável” deve ter. Para isso, há uma miríade de propostas de perfil, *check-lists*, treinamentos, publicações e consultorias

que se propõem a transformar o mais Átila¹ dos gestores em um Papai Noel, bondoso e generoso.

A contribuição deste artigo está em questionar os paradigmas de gestores que temos em nossas empresas e compará-los à premissa básica de desenvolvimento sustentável: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Nesse sentido, quais são os ingredientes que deveriam estar presentes em uma liderança integral encontrados nessa definição?

- *Satisfaz as necessidades presentes:* a liderança integral deve conhecer os objetivos que se quer atingir para poder satisfazer determinadas necessidades (sociais, econômicas ou ambientais). Nesse sentido, deve tentar entender com clareza o que precisa ser feito e como.
- *Sem comprometer as necessidades das gerações futuras:* a liderança integral deve saber os limites de sua atuação e de sua equipe e estar disposto a abdicar de ganhos em curto prazo, para permitir que outros recebam em longo prazo. Isso requer uma dose de altruísmo e de compaixão com as futuras gerações. Requer equilíbrio no que diz respeito aos lucros e resultados que podemos ter hoje.
- *Suprir suas próprias necessidades:* a liderança integral deve promover o outro, para que ele consiga, por si só, suprir suas necessidades. Trata-se de se colocar no papel de educador, de facilitador. No papel daquele que consegue extrair melhor dos seus liderados de maneira que, ao final de um processo ou de um ciclo, eles possam olhar para trás e dizer: “eu

creci como profissional e como pessoa. Sou melhor do que antes”. O líder deve ter essa preocupação, de promover o outro. O líder existe em função de seus liderados, e não o contrário.

Queiramos ou não, uma coisa é certa: as pessoas que se aproximam de nós em diferentes momentos de nossas vidas têm um papel a cumprir conosco e nós somos responsáveis por essas pessoas. Somos todos responsáveis uns pelos outros. Se não temos essa visão, deixaremos cicatrizes, não marcas. Acima de tudo, creio que um líder integral seja aquele que reconhece o que precisa ser feito e que sabe gerenciar a ação daquelas pessoas com as quais trabalha. No

entanto, ele se diferencia de outros líderes por olhar para aqueles que estão junto com ele nessa tarefa com profundo senso de reverência – sabe que suas vidas são uma dádiva que

O ideal é que líderes e liderados se revezem nesses papéis, na medida da necessidade do objetivo que se quer atingir

o mundo colocou para que pudessem, de forma sistêmica, realizar uma determinada atividade. O líder integral sabe que não se gerencia apenas com a razão, pois o ser humano não é apenas razão. O líder integral gerencia com razão, emoção, intuição e sensação, o que muitos chamam de “Reis”. Ele sabe articular o que pensa e o que sente com o que intui, de maneira a gerar os melhores resultados com os outros, e não apesar dos outros.

Por isso, creio que já dispomos de uma enorme quantidade de técnicas, ferramentas, informações e tecnologia para trilhar o caminho da sustentabilidade. Faltam, no entanto, líderes íntegros, no desafio de melhor cuidar de nossa grande casa, a mãe terra, e de todos os seus filhos e filhas. 

¹ Átila, ou Átila o Huno (406 - 453), também conhecido como Praga de Deus ou Flagelo de Deus, foi o último e mais poderoso rei dos hunos. Tornou-se uma figura lendária da história da Europa. Em grande parte da Europa Ocidental, é lembrado como o paradigma da crueldade e da rapina.

M. ASSESSORIA
Contábil

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados para Fundações e Associações

- Contabilidade de acordo com as novas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade
- Assessoria de Recursos Humanos e Departamento Pessoal para o Terceiro Setor
- Assessoria e planejamento nas prestações de contas de projetos: MP, OSCIP/MJ, Prefeituras, Estados e Financiadores Privados
- Qualificações do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros



Adriano Aguiña

Um olhar sobre as muitas Amazônias

Por Dal Marcondes

Nas barrancas do rio Tapajós vivem diversas comunidades que estão na região desde tempos imemoriais. O mesmo acontece em cada beira de rio na Amazônia. A região tem 23 milhões de habitantes – relativamente pouco, se comparado com os mais de 150 milhões do restante do Brasil, levando-se em conta que a região detém a maior floresta tropical do mundo e representa 53% do território do país. As dimensões ficam ainda mais complexas se as contas incluírem as Amazônias do Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas. Assim, o Brasil fica com apenas 50% de todas as Amazônias, o que significa 52 milhões de quilômetros quadrados. A Pan-Amazônia chega a mais de 100 milhões de quilômetros quadrados. O uso do plural – Amazônias – é justificável, não apenas por uma questão de geografia política e fronteiras nacionais, mas porque as Amazônias têm, também, economias distintas, culturas múltiplas e fatores socioambientais diversos.

O desafio de olhar para a Amazônia é, também, a vontade de se despir de preconceitos e ideologias para poder perceber as nuances de cada comunidade, modelo econômico e modo de vida. Compreender que a região precisa se desenvolver sem maniqueísmos, e que a floresta e a biodiversidade de cada Estado podem ser trabalhadas de forma sustentável de acordo com a cultura local. No Sul e no Sudeste, as pessoas têm a verdadeira noção das diferenças culturais, políticas e ambientais existentes entre gaúchos e mineiros, paulistas e cariocas, baianos e goianos. No

entanto, quando se trata de Amazônia, a tendência é considerar, de longe, que tudo é parte de uma única cultura, de um ecossistema monolítico e de um modo de vida igual.

Não. As muitas Amazônias são diferentes em quase tudo. Mesmo a floresta, com sua onipresença, tem nuances que o povo local conhece bem. São animais e plantas que preferem estar aqui ou ali. A economia varia de acordo com a região. As fronteiras são empurradas de forma diferente, e mesmo o desmatamento tem vetores distintos. Em um lugar é o gado; em outro, a madeira; em outro, ainda, a soja; e muitos vetores estão aguardando sua vez, como estradas e represas. A biodiversidade da região é composta por diversas espécies: 425 de mamíferos; 1,3 mil de aves; 427 de anfíbios; e 371 de répteis, além de mais de 3 mil espécies de peixes e 40 mil espécies de plantas. Possui rios de águas escuras (Negro), águas brancas (Solimões) e águas claras (Tapajós). Tem 200 mil índios, divididos em 220 povos que falam 180 línguas.

Entre os grandes problemas da Amazônia estão o desmatamento, o uso insustentável dos recursos naturais, a ocupação desordenada do território, a falta de regularização fundiária e uma imensa ladainha de mazelas. Mas, para resolver tais problemas, o Brasil precisa encarar o maior de todos: o preconceito e o desconhecimento das realidades das Amazônias. Ninguém gosta do que não conhece, e o preconceito prospera na ignorância. Os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia brasileira, e o Brasil precisa oferecer respostas para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região.

Os desafios da mídia

Para que a sociedade brasileira comece a formular novas propostas e alternativas para a Amazônia, é necessário que a conheça em profundidade, e não apenas quando saem os índices de desmatamento ou quando surge algum escândalo. A maior parte dos jornalistas que atuam nos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo-Brasília nunca esteve na Amazônia. Alguns foram a Manaus ou a Belém, cidades cosmopolitas que pouco ou nada têm de contato real com a floresta. Cobrir as Amazônias é caro, argumentam com razão os editores de todo o Brasil. Uma viagem à região exige recursos

escassos nas redações: tempo, dinheiro e jornalistas preparados para o trabalho de reportagem.

No entanto, a Amazônia está na grande pauta global, que define a presença do Brasil na mídia internacional, e não os sonhos e realizações de empresários, pesquisadores e políticos que vivem e trabalham próximos ao Trópico de Câncer. Nas grandes mídias globais, os indicadores e números da região ganham destaque em reportagens, análises e fartos infográficos. Também, ONGs brasileiras e internacionais mantêm bases na região, com trabalhos em todas as vertentes. Essa presença internacional é vista com certa xenofobia por quem não conhece e não sabe o que acontece na Linha do Equador. Uma xenofobia que chega a atingir inclusive brasileiros tradicionais, como as populações indígenas e quilombolas. Eles têm direitos ancestrais que são reconhecidos pela Constituição do Brasil, mas são atacados por pessoas que não têm autoridade, conhecimento ou caráter necessários para opinar.

Cabe à mídia, ou aos jornalistas, uma vez que a própria mídia passa por um processo de reconstrução baseado nas inovações da TV digital e da internet, estarem preparados para apontar um olhar maduro e isento de preconceitos sobre uma das regiões mais ricas e vitais para o Brasil e para o equilíbrio ambiental global.

Quando se trata de Amazônia, a tendência é considerar, de longe, que tudo é parte de uma única cultura, de um ecossistema monolítico e de um modo de vida igual

A busca por modelos de desenvolvimento baseados em princípios de sustentabilidade precisa do apoio de profissionais da imprensa, capazes de relatar boas práticas, e não apenas oferecer denúncias. O jornalismo necessário para esses novos tempos tem de carregar a inovação das boas notícias sem deixar de manter a vigilância cidadã sobre os desmandos e crimes cometidos em uma região onde o Estado é notado por sua ausência.

O exercício desse novo jornalismo é o desafio de uma geração de brasileiros que está vendo o planeta ficar pequeno, e o Brasil, crescer. Um jornalismo que olha de maneira diferente e projeta para um tempo de grandes transformações ambientais, éticas e políticas. É o jornalismo que vai mostrar como estão sendo construídos os caminhos para que a humanidade e o Brasil superem entraves de uma profunda mudança de paradigmas econômicos e sociais. E a Amazônia é um dos importantes campos desse jornalismo. O Brasil precisa conhecer a Amazônia, e a mídia tem um papel estrutural nessa tarefa. 

*Dal Marcondes é diretor de redação Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.


www.envolverde.org.br



Gestão ambientalmente responsável

Utilizar os recursos de forma eficiente já faz parte da agenda da responsabilidade socioambiental das empresas

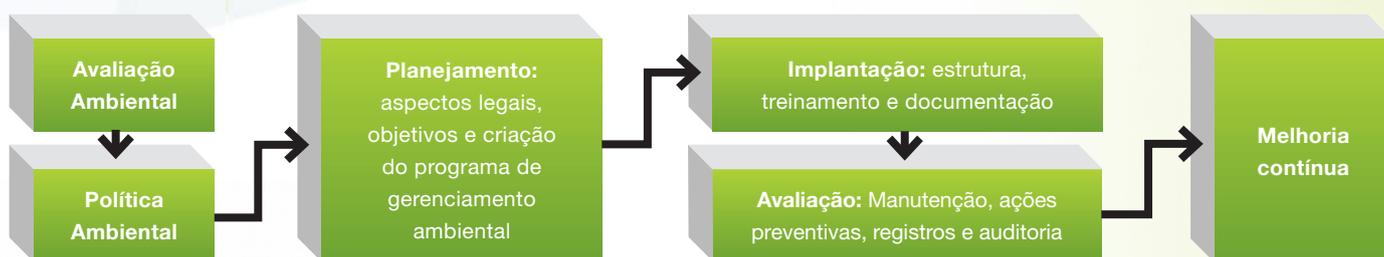
Por Thaís Iannarelli

O cuidado com o meio ambiente, atualmente, é assunto intrínseco ao tema responsabilidade social empresarial. Ações para tornar o consumo de energia, água e outros recursos naturais mais eficiente são cada vez mais necessárias, tanto para a própria empresa quanto para o bem-estar do planeta.

O entendimento de que tais recursos são escassos e limitados faz com que a prática da gestão ambiental se torne mais comum na rotina do mundo corporativo; além disso, essa ação faz bem para a imagem das empresas. Atuar em prol do meio ambiente, então, pode significar desde a adequação às leis vigentes até o desenvolvimento de políticas ambientais internas que visem à conscientização dos funcionários e à criação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Apesar de não ser obrigatório, um programa ambiental traz benefícios e reconhecimento para a empresa.

Até os consumidores já estão mais conscientes e procuram produtos desenvolvidos de forma ambientalmente responsável, que não causem grandes impactos à natureza. Por isso, a tendência é que o consumo de itens que agredem o meio ambiente diminua. Para comprovar a procedência desses produtos e a conduta das companhias, existem alguns tipos de certificação ambiental nos moldes da ISO 14.000, criada para auxiliar as organizações a começar e aprimorar um SGA, e outros certificados específicos para cada categoria de produto.

Passos para a implantação de um programa ambiental na empresa





Selo Green Building

Os “edifícios verdes”, que já despontam no mercado imobiliário, fazem parte da busca pela sustentabilidade, economia e conservação do meio ambiente. Para se enquadrar no padrão, é necessário obedecer às exigências delineadas pela United States Green Building Council (USGBC), e quem qualifica os edifícios é a Leadership in Energy and Environmental Design (Leed). Atualmente, o selo Green Building é a principal certificação mundial da área e já tem mais de 10 mil registros pelo mundo. Entre os fatores analisados estão o reúso da água da chuva para irrigação e descarga nos vasos sanitários, o uso de placas de captação de energia solar e a reciclagem e coleta seletiva do lixo.

Para conseguir a certificação, é necessário atender a pelo menos os pré-requisitos seguintes:

- reaproveitamento de energia;
- uso eficiente da água;
- manutenção da biodiversidade local;
- infraestrutura local suficiente para evitar o uso excessivo de automóveis;
- uso de materiais ecologicamente corretos na construção;
- garantia de ambiente interno saudável.

Outra vantagem do “edifício verde” é a economia – os custos de condomínio podem cair até 30% graças à sua estrutura. Porém, o valor do imóvel é valorizado. Segundo estudo da Unicamp, para cada dólar investido na construção de um prédio sustentável, espera-se um retorno de três dólares no futuro.

Avaliação do posicionamento da empresa

Antes de iniciar a implantação de um SGA, é importante que a área de recursos humanos, ou uma consultoria terceirizada, avalie a situação da empresa em relação ao seu comportamento em geral. Analisar a percepção ecológica dos dirigentes e colaboradores e a forma de produção é um dos quesitos a serem estudados, assim como o grau de importância que é dado ao meio ambiente – por exemplo, verificar se a redução de despesas é considerada primordial mesmo se isso resultar na agressão aos recursos. Com essa análise, que pode ser feita por meio de questionários, entrevistas com funcionários ou listas de verificação, é possível identificar os pontos fracos e conhecer melhor o perfil da empresa.

Política e comprometimento

Após a avaliação, é importante definir aonde se quer chegar, ou seja, alinhar seu comprometimento a uma política ambiental. Assim, é preciso definir seus propósitos de maneira clara e objetiva, e todas as áreas da empresa devem estar a par desses ideais. Vale lembrar que a situação fica mais fácil se o foco for dado a problemas potenciais da empresa. Uma indústria química, por exemplo, deve se preocupar mais com os riscos inerentes à sua atuação, como contaminação do solo e da água ou inalação de vapores químicos pelos funcionários.

De acordo com a NBR-ISO 14.001, a administração deve definir a política ambiental da organização e assegurar que ela:

- seja apropriada à natureza, escala e impactos ambientais de suas atividades;
- inclua o comprometimento com a melhoria contínua e com a prevenção da poluição;
- inclua o comprometimento com o atendimento à legislação e normas ambientais aplicáveis e demais requisitos subscritos pela organização;
- forneça a estrutura para o estabelecimento e revisão dos objetivos e metas ambientais;
- seja documentada, implementada, mantida e comunicada a todos os empregados;
- esteja disponível para o público.

Depois disso, vem a fase de planejamento e implantação do SGA que, além de demonstrar a responsabilidade social e ambiental da empresa, ainda assegura a economia e o uso racional de matérias-primas. Com ele, é possível dar destaque ao fato de que a empresa preserva a natureza, deixando os consumidores cientes dessa ação, e até conseguir ampliar os negócios e obter novos investimentos. Uma parte importante do programa, após ser implementado, é iniciar os procedimentos de certificação ambiental, por meio da ISO 14.000 que dá ainda mais credibilidade à empresa.

Os consumidores já estão mais conscientes e procuram produtos desenvolvidos de forma ambientalmente responsável, que não causem grandes impactos à natureza

Links

www.ambientebrasil.com.br
www.iso.org

**Doutores
Cidadãos**
A gente acredita
no poder do sorriso.



Há 10 anos, os Doutores Cidadãos utilizam a figura do palhaço para levar doses de preciosos remédios a hospitais e asilos públicos e filantrópicos: arte, alegria e cidadania. Todos os participantes são voluntários e recebem um amplo treinamento para visitar gratuitamente os pacientes, acompanhantes e profissionais da saúde. Este programa sociocultural faz parte da ONG Canto Cidadão, que também desenvolve outras atividades de sensibilização e ação cidadãs. Para manter e ampliar o trabalho, o grupo realiza atividades em ambiente corporativo, como apresentação de eventos, palestras, oficinas e outras. Saiba mais sobre os Doutores Cidadãos e os outros programas sociais do Canto Cidadão em www.cantocidadao.org.br.

Doutores Cidadãos. Há dez anos fazendo graça de graça.





Sustentabilidade como foco de atuação

Grupo Santander Brasil investe na conscientização como meio para mudar o mundo

Por Paula Craveiro

O Grupo Santander Brasil atua no país por intermédio do Banco Santander, do Banco Real, da Aymoré Financiamentos e suas respectivas controladas. As operações, conduzidas em conjunto no mercado financeiro, o posicionam como o terceiro maior banco por ativos. Seu controlador, o Banco Santander S.A., com sede na Espanha, é o maior grupo financeiro internacional em atuação no Brasil.

Pautado pelo compromisso de aliar eficiência nos negócios ao respeito às pessoas e ao meio ambiente, a organização mantém quatro áreas de atuação: Varejo, Empresas, Santander Global Banking & Markets e Gestão de Recursos de Terceiros.

Missão e valores

De acordo com Laura Ultramare, superintendente de Desenvolvimento Sustentável, “a missão do Grupo Santander Brasil é ser uma equipe capaz de gerar boas ideias, que satisfaçam nossos clientes, sejam rentáveis para nossos acionistas e nos consolide como líder financeiro internacional e como entidade que colabora com o desenvolvimento sustentável da sociedade”.

Os valores estão inseridos no documento *Nosso Compromisso*, que diz: “Somos prestadores de serviços financeiros e acreditamos que a confiança deve ser a base de todos os relacionamentos. Criaremos vínculos de qualidade entre nós, funcionários, e nossos clientes e fornecedores para, juntos, buscarmos ideias inovadoras em gestão, produtos e serviços que respondam aos desafios da nossa época. Assim, seremos líderes do nosso setor e referência para o Grupo Santander, para o nosso país e para o mercado em geral”.

O início de tudo

Todo o trabalho desenvolvido pelo grupo tem como meta a inserção da sustentabilidade no dia-a-dia da organização. Essa iniciativa começou em 2001, quando os executivos do banco constataram que era preciso reinventar o modo como a organização fazia negócios. Assim, deu-se início à implantação de um método que integrasse a busca pelo lucro aliada a benefícios sociais e ambientais. Criou-se, então, a área de responsabilidade social, hoje Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DDS), que tem como um de seus objetivos incentivar e apoiar outras áreas a incorporarem práticas sustentáveis em seu dia-a-dia, de acordo com sua função na organização.

“A gestão de nossas ações em sustentabilidade não está toda centralizada na DDS. Temos um Conselho de Sustentabilidade, formado por representantes *seniors* de diversas áreas, que acompanham os planos de inserção da sustentabilidade nos produtos, serviços, processos e relacionamentos. Existe também o Comitê de Ação Social, que decide sobre as estratégias do Investimento Social Privado do grupo, delibera sobre temas relevantes da área e valida novas oportunidades de atuação”, explica a superintendente.

Conscientização

A organização trabalha com o intuito de mudar o nível de consciência dos indivíduos, para que estes promovam mudanças em toda sua rede de relacionamentos. “Acreditamos que a mudança deve começar pelo indivíduo, que transforma a empresa, que influencia o mercado, e, por sua vez, estimula a evolução da sociedade. E nosso objetivo com esse trabalho é fomentar tal mudança”.

conta Laura. Para isso, a organização tem investido em treinamentos e na troca de experiências, principalmente entre seus funcionários, fornecedores e clientes.

Colaborar para o desenvolvimento sustentável faz parte da missão da empresa e se reflete em suas atividades. “Para nós, sustentabilidade é um tema que deve estar disseminado por toda a organização, permeando não só políticas, mas produtos, processos e relacionamentos”.

Principais projetos desenvolvidos

Todos os projetos desenvolvidos pelo banco são direcionados a funcionários, clientes, fornecedores e sociedade, que têm suas necessidades avaliadas, de modo a promover a disseminação de práticas sustentáveis de maneira eficaz, valorizando o constante diálogo com todos. As ações do Grupo Santander Brasil dentro do campo da sustentabilidade podem ser mais bem compreendidas dentro de três frentes:

- *Ações no Negócio*, que abrangem a criação de produtos e serviços voltados à sustentabilidade (como o Fundo Ethical, Financiamentos para Sustentabilidade; Microcrédito, Créditos de Carbono e todo o trabalho desenvolvido com as universidades por meio do Santander Universidades) e o engajamento de clientes por meio de iniciativas como o Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade e o Programa de Sustentabilidade na Construção Civil;
- *Ações de Sustentabilidade na Gestão*, que englobam desde iniciativas de engajamento de funcionários e fornecedores até análise de risco socioambiental para clientes corporativos e os programas de ecoeficiência;
- *Ações de Investimento Social Privado*, que apoiam a causa da educação e as iniciativas voltadas ao empreendedorismo e geração de renda, meio ambiente e diversidade.

Gestão e prestação de contas

Os projetos sociais são desenvolvidos e gerenciados pela área de Ação Social, subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Santander Brasil, que tem como premissa acompanhar e avaliar os projetos implementados por meio de oficinas de capacitação e visitas técnicas. Os recursos investidos na operação desses programas são próprios da organização.

Segundo Laura, em relação à gestão do investimento social, “existe a preocupação em monitorar os projetos e avaliar os resultados obtidos junto aos seus beneficiários diretos e indiretos. O conhecimento desses resultados

nos permite readequações e correções de rumo, visando ao aprimoramento de nossos programas sociais”.

O compartilhamento é feito com todos os públicos com os quais o banco se relaciona. Para isso, são utilizados veículos internos – intranet, TV corporativa, informativos e revista eletrônica – para a divulgação dos resultados para os funcionários do grupo; o portal de sustentabilidade e a *newsletter* do Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade também trazem essas informações para clientes e não-clientes do Grupo Santander Brasil.

Conquistas e metas

O Grupo Santander Brasil considera essencial a continuidade de suas ações, avançando na incorporação da sustentabilidade na rotina das diversas áreas do banco. Também continuará trabalhando para que o tema esteja cada vez mais presente nas discussões dentro e fora da instituição. “Nesse momento, trabalhamos para que o grupo absorva o melhor dos dois bancos – Santander e Real – e torne as atividades ligadas ao desenvolvimento sustentável mais completas”, afirma a superintendente.

Entre as principais iniciativas, destacam-se o Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade, criado para compartilhar com a sociedade, em especial com empresários, o que a organização aprendeu com o movimento de inserção da sustentabilidade no negócio. O espaço promove treinamentos presenciais para clientes corporativos e fornecedores, palestras e oficinas abertas para todos os públicos, além de cursos on-line sobre sustentabilidade e investimento social privado.

“Em relação à ecoeficiência, acabamos de obter a certificação ISO 14001 de mais três prédios administrativos e de nossa agência em Fernando de Noronha. Outros três prédios foram recertificados. A futura sede do grupo, em São Paulo, também está sendo construída para a obtenção dessa certificação e do Leadership in Energy and Environmental Design (Leed)”, conta Laura.

Outro exemplo é o microcrédito. Em cinco anos, a organização pretende aumentar em 20% o volume de recursos disponibilizados para os pequenos empreendedores. No âmbito do Investimento Social Privado, o grupo dará continuidade ao programa Amigos Real, que facilita aos funcionários, clientes e fornecedores o direcionamento de parte do IR devido a iniciativas baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao Projeto Escola Brasil (PEB), ação de voluntariado corporativo que visa a contribuir para a melhoria da educação na escola pública. 

Somos prestadores de serviços financeiros e acreditamos que a confiança deve ser a base de todos os relacionamentos

Links 

www.bancoreal.com.br/
sustentabilidade

Além da filantropia



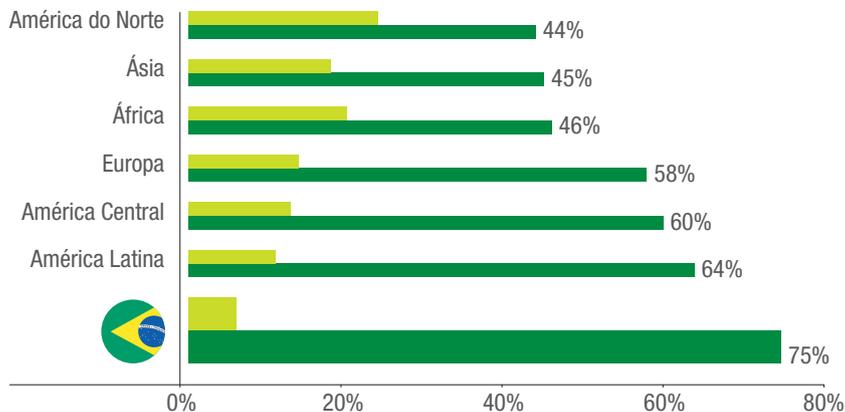
Consumidor brasileiro cobra papéis social e cidadão das grandes empresas

Uma empresa é considerada socialmente responsável pelos consumidores quando suas ações beneficiam não somente seus funcionários, mas também a comunidade externa, fornecedores, concorrentes, governo, meio ambiente e toda a sociedade de forma proativa. Além das ações operacionais – não prejudicar o meio ambiente, tratar os funcionários de forma justa, garantir a sustentabilidade em todo o processo produtivo, oferecer produtos e serviços de boa qualidade pelo menor preço possível e aplicar padrões elevados em nível mundial –, as pessoas esperam das empresas um trabalho mais ativo na área social, considerando que a filantropia e o suporte social também são tarefas do segundo setor.

Os consumidores são sensíveis à crise econômica, mas não abandonam o interesse e a cobrança pelo exercício da cidadania corporativa; em vez de focar menos na área socioambiental e mais no setor econômico-financeiro, os consumidores estão pedindo atenção aos dois. Esse comprometimento é o que consolidará sua relação com as grandes marcas e empresas envolvidas com a responsabilidade social.

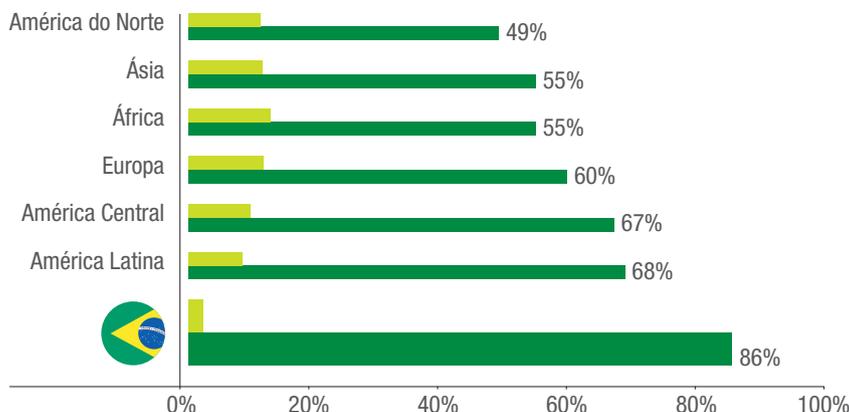
Para se ter uma noção melhor da situação, o estudo *Monitor de Responsabilidade Corporativa 2009*, produzido pela *Market Analysis*, demonstra um comparativo entre países desenvolvidos e emergentes. Fica evidente que, nos países em desenvolvimento, a demanda por uma atuação social e cidadã das empresas se aproxima das cobranças por responsabilidades operacionais. Em relação a apoiar instituições de caridade e projetos comunitários, os consumidores dos países emergentes possuem mais expectativas em relação à atuação das empresas (47%), enquanto nos países desenvolvidos a expectativa é de 33%. Já em relação a reduzir a distância entre ricos e pobres,

Ajudar a reduzir distância entre ricos e pobres: responsabilidade das grandes empresas ou não?



Apoiar instituições de caridade e projetos comunitários: responsabilidade das grandes empresas ou não?

■ Não é responsabilidade
■ Responsabilidade total



a expectativa se apresenta equilibrada, ainda com margem levemente superior de expectativas para os países emergentes (39%) – contra 37% dos países desenvolvidos.

O estudo também constatou que os consumidores brasileiros ficam acima da média mundial de expectativas, pois apresentam um percentual consideravelmente maior dos entrevistados (86%) que considera que apoiar instituições de caridade e projetos comunitários é uma responsabilidade das empresas.

Quando o assunto é o papel das empresas frente à desigualdade social, o consumidor não só espera que estas apresentem ações concretas de filantropia, como também trabalhem para diminuir a diferença de renda entre ricos e pobres; ou seja, o consumidor atribui às corporações um papel que vai além de apresentar projetos sociais ou fazer doações: o de planejar ações que interfiram na estrutura econômica do país, buscando uma distribuição de renda mais justa.

O Brasil novamente aparece com o maior percentual de consumidores que consideram ser

responsabilidade total das empresas ajudar na redução da distância entre ricos e pobres (75%). Somente 6% das pessoas consideram não ser responsabilidade das empresas.

A América Latina também repete o posicionamento da questão anterior como a região que apresenta o maior percentual de pessoas (64%) que consideram tal ajuda como sendo de responsabilidade total das empresas.

Definitivamente, os consumidores brasileiros esperam e cobram das corporações um papel maior. A notícia pode ser ruim para os pessimistas (o fim do governo, a privatização da proteção e da justiça social) ou boa para os otimistas (um mar de oportunidades aberto para que as empresas ajudem a resolver alguns desequilíbrios fundamentais da sociedade brasileira). O concreto é que as mudanças na visão dos consumidores e no espaço de atuação empresarial são irreversíveis e deverão pautar os vínculos entre a sociedade e o mundo corporativo de agora em diante.

Ficha técnica

Monitor de Responsabilidade Social Corporativa 2009

Brasil: entrevistas face a face realizadas com 805 consumidores adultos residentes em nove das principais capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Goiânia. Mundo: amostras representativas da população nacional urbana nos 32 países.

Entrevistas com 800 a mil adultos por país, totalizando quase 32 mil realizadas entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009. Margem de erro: ±3,1% por país.



www.marketanalysis.com.br

e-mail @

info@marketanalysis.com.br



(48) 3234-8573

Projetos de apoio à leitura

O Instituto C&A lançou o edital do programa Prazer em Ler com o objetivo de selecionar organizações que trabalham com o incentivo à leitura. O instituto apoiará “pólos de leitura”, ou seja, projetos elaborados em conjunto com outras organizações (no mínimo quatro) que também desenvolvem ações nessa área. As organizações devem estar localizadas nas regiões metropolitanas nas quais a C&A opera comercialmente, exceto em São Luís, Natal, João Pessoa, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Paraty, São Paulo, Cuiabá, Curitiba e Porto Alegre – nessas cidades já há projetos em andamento. Serão apoiados quatro pólos de leitura com um orçamento de até R\$ 220 mil e prazo de execução de 12 meses (a partir de março de 2010). As inscrições vão até dia 11 de dezembro.

 www.institutocea.org.br



ONG Brasil

ONG Brasil

Nos dias 3, 4 e 5 de dezembro, acontece no Expo Center Norte a feira ONG Brasil, organizada pela UBM Brazil em parceria com a Secretaria de Participação e Parceria, da prefeitura de São Paulo, e com a consultoria em responsabilidade social da **Revista Filantropia**. A feira contará com a exposição dos trabalhos realizados por 500 ONGs e tem o objetivo de reunir também representantes dos setores público e privado. Além da exposição, o evento terá oficinas voltadas para as organizações sociais com temas como o atendimento a idosos, mulheres, crianças e adolescentes. Acontecerão também debates e palestras sobre responsabilidade social para as empresas, assim como grandes plenárias, que reunirão os três setores da economia em conversas sobre o desenvolvimento social do país.

 www.ongbrasil.com.br

B. Braun seleciona projetos culturais

Os Laboratórios B. Braun, multinacional alemã líder no segmento médico-hospitalar, estão recebendo projetos para análise de apoio e patrocínio a projetos culturais para o ano fiscal de 2010, cujo enfoque seja a valorização da identidade brasileira e a inclusão social. Criada no início de 2009, a política cultural da B. Braun é voltada para as áreas de música, dança e literatura, e utiliza-se dos incentivos da Lei Rouanet. O primeiro investimento da empresa foi o Ballet National de Marseille, que se apresentou em 7 de outubro no Teatro João Caetano, com o espetáculo *Metamorphoses*. Os interessados devem encaminhar a proposta via e-mail.

 www.bbrazil.com
comunicação_BR@bbrazil.com

Radar

Experiências empresariais em sustentabilidade

Como as empresas instaladas no Brasil estão operando para conduzir seus negócios com sustentabilidade? Como enfrentam seus dilemas quando uma ação socioambiental responsável ameaça o lucro? Essas são algumas das perguntas que Fernando Almeida propõe na obra *Experiências empresariais em sustentabilidade* (256 págs., R\$ 59,90). O autor explica que empresas, governos e sociedade precisam se preparar para sobreviver em um novo cenário diante dos desafios ambientais e sociais, e analisa as informações mais recentes sobre aquecimento global, adaptação, refugiados ambientais etc.

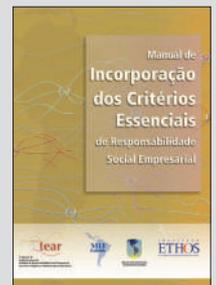
 www.campus.com.br



Manual de incorporação dos critérios essenciais de responsabilidade social empresarial

Produzido pelo Instituto Ethos, o *Manual de Incorporação dos Critérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial* (59 págs., download gratuito) pretende orientar as empresas na incorporação dos critérios de responsabilidade social em sua gestão e administração, ajudando-as a estabelecer relações comerciais sustentáveis e socialmente responsáveis. De acordo com a publicação, os critérios estão agrupados em sete grandes áreas de interesse: direitos humanos; direitos das relações de trabalho; proteção das relações de consumo; meio ambiente; ética e transparência; diálogo/engajamento com *stakeholders*; e governança corporativa.

 www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-73dMICE_web.pdf



Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas

Como parte das comemorações de seu 45º aniversário, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou a publicação *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas (série Brasil: estado de uma nação)* – edição 2009. Em um esforço conjunto que envolveu diretamente quase cem técnicos, o Ipea realizou amplo estudo das políticas públicas brasileiras, apontou avanços e falhas no processo e sugeriu mudanças para aumentar a eficácia do Estado.

 www.ipea.gov.br



Políticas públicas para o semiárido

Em outubro, foi lançado o livro *Políticas públicas para o semiárido – experiências e conquistas no Nordeste do Brasil* (150 págs., R\$ 15). Organizada por Ângela Küster e Jaime Ferré Martí, a publicação é da Rede Macambira, conjunto de organizações não-governamentais que atua no semiárido brasileiro na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O livro reúne artigos que relatam os exemplos e a diversidade dos projetos, além das atividades desenvolvidas por algumas das organizações que compõem a Rede Macambira.

 www.sustentavel.inf.br/



Turma do Bem lança linha de produtos

Atuando há sete anos em favor da saúde bucal de crianças e adolescentes, a Turma do Bem (TDB) lançou em setembro sua linha de produtos composta por camisetas, joias e objetos de consultório com estampas exclusivas criadas pelo designer e parceiro Glauco Diógenes. O evento de lançamento aconteceu na Escola do Pensamento em Saúde, em São Paulo, e contou com outros parceiros, como Faúze Hatem, Marlene Brandão e Linha Pura, que também tiveram seus produtos expostos. Parte da verba arrecada com a venda dos produtos foi revertida para a TDB.

 www.turmadobem.org.br

ICMS Ecológico em seu Estado

A organização internacional The Nature Conservancy (TNC), de conservação ambiental, com o apoio da Conservação Internacional, da SOS Mata Atlântica e com recursos da Tinker Foundation, lançou em 23 de setembro o site ICMS Ecológico. O objetivo é divulgar a situação do ICMS Ecológico em cada Estado brasileiro, começando nos Estados da Mata Atlântica, publicando normas, valores repassados aos municípios, casos de sucesso na gestão municipal desses recursos, artigos, estatísticas, links de interesse e o melhor conteúdo da internet sobre o tema. Desenvolvido pioneiramente no Paraná em 1991, o ICMS Ecológico é realidade hoje em mais de uma dezena de Estados brasileiros, e envolve o repasse de aproximadamente R\$ 600 milhões/ano para os municípios que abrigam Unidades de Conservação ou se beneficiam por meio de outros critérios ambientais.

 www.icmsecológico.org.br
www.nature.org/brasil

Plenarinho

Lançado pela Câmara dos Deputados, o site Plenarinho tem o objetivo de ensinar as crianças como é o funcionamento da Câmara. O site explica suas funções, o papel dos deputados e os direitos e deveres dos cidadãos. Além disso, oferece conteúdo relacionado à saúde, à ecologia e à cidadania e traz orientações didáticas para os educadores sobre o poder legislativo. As crianças podem, também, se divertir com jogos e histórias animadas que explicam sobre as leis de forma lúdica e descontraída.

 www.plenarinho.gov.br

Vencer a pobreza juntos

Está no ar o *hotsite* da campanha *Vencer a pobreza juntos*, iniciativa promovida pela ActionAid, uma organização sem fins lucrativos fundada na Inglaterra há 37 anos e atuante no Brasil há cerca de dez anos. Seu principal objetivo é o de trabalhar pelo fim da pobreza. A campanha visa à inclusão do direito à alimentação na Constituição por meio do projeto de Emenda Constitucional nº 47 (PEC 47), já aprovado pelo Senado. A intenção do site era produzir um abaixo-assinado composto por, pelo menos, 20 mil assinaturas, que foi encaminhado à Câmara em 1º de outubro.

 www.vencerapobrezajuntos.org.br

Seleção de projetos em extensão rural

Estão abertas até dia 2 de dezembro as inscrições para a seleção de projetos inovadores no ensino e aprendizagem em extensão rural, geração de pesquisas voltadas para a construção e disponibilização de conhecimentos em tecnologias apropriadas para a agricultura familiar e na qualificação de técnicos extensionistas. A ação é promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para participar da seleção, a proposta deve ser apresentada por professor/pesquisador com, no mínimo, título de mestre, que esteja vinculado a uma instituição de ensino superior pública, comunitária ou confessional.

 www.cnpq.br/editais/ct/2009/033.htm



eco4planet

O site eco4planet utiliza o sistema Google Pesquisas Personalizadas, com um visual simples e rápido, porém inovador, utilizando predominantemente a cor preta para gerar economia de energia – a economia gerada é de 20% se comparada à tela branca. Considerando as mais de 2,55 bilhões de buscas diárias realizadas no Google com tempo médio estimado em 10 segundos por pesquisa e a proporção de monitores por tecnologia utilizada, tem-se com um buscador de fundo preto a economia anual de mais de 7 milhões de kilowatts-hora. Isso equivale a mais de 175 milhões de lâmpadas desligadas por uma hora. A criação do site prova que pequenas ações diárias podem gerar economia de energia, resultando em menores gastos e ainda vários outros benefícios.

 www.eco4planet.com/pt/

Observatório Eco

O Observatório Eco – Direito Ambiental, criado pela advogada Roseli Ribeiro, é um blog dedicado a promover o debate jurídico sobre uma questão que tem conquistado extrema importância nos últimos anos: a preservação coerente do planeta e de nossas vidas. Nesse contexto, surge a necessidade de conhecer e debater os rumos do Direito Ambiental. O site é destinado não somente aos operadores do Direito, mas também aos demais profissionais que atuam na área, servindo como plataforma de informação, discussão e, principalmente, reflexão.

 www.observatorioeco.com.br

Novembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
11	Humanização hospitalar	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
12 e 13	Sustentabilidade financeira de hospitais e instituições da área de saúde	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
12 a 14	I Congresso Brasileiro de Cuidados Paliativos 2009	São Paulo/SP	Casa do Cuidar	www.congressopaliativos.com.br (11) 3951-2813
16 a 28	Curso de gerenciamento de manejo florestal e EIR com ênfase em concessões florestais	Paragominas/PA	Instituto Floresta Tropical	www.ift.org.br (91) 3202-8300
17	Elaboração de projetos sociais: planejamento e execução	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19 a 22	VIII Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos	Argentina	Universidade Popular Mães da Praça de Maio	www.madres.org
20	Prestação de contas para entidades do Terceiro Setor – 2010 (Prestação de Contas para Ministério da Saúde, Ministério Social, Ministério da Educação, Ministério Público, SRFB, Prefeituras, CNAS e Comas)	Porto Alegre/RS	Valore-Capacitação em Gestão	www.valoreweb.com.br (51) 3026-0012
20 e 21	Sustentabilidade e mobilização de recursos	Uberlândia/MG	Gife	www.gife.org.br (11) 3816-1209, ramal 19
23 a 27	Fórum Mundial de Educação - Educação, desenvolvimento e inclusão	Brasília/DF	Ministério da Educação	http://portal.mec.gov.br/fmept fmept@mec.gov.br
25	Contabilidade e gestão de igrejas e organizações religiosas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	3º Congresso de Comunicação Empresarial Aberje – Sustentabilidade e Comunicação	Rio de Janeiro/RJ	Aberje	www.aberje.com.br/3congressorio (11) 3662-3990
27	Desenvolvimento e profissionalização de um departamento de captação de recursos	Rio de Janeiro/RJ	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Dezembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2	III Congresso Internacional de Direitos Humanos	Salvador/BA	Escola Paulista de Direito	www.congressodh.com (11) 3274-2828, ramal 2102
3	ONG Brasil – feira e congresso internacional para ONGs brasileiras	São Paulo/SP	UBM Brasil	www.ongbrasil.com.br (11) 4689-1935
4	Captação de recursos por meio de incentivos fiscais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
4 e 5	Planejamento estratégico	Uberlândia/MG	Gife	www.gife.org.br (11) 3816-1209, ramal 19



Sergio Monello

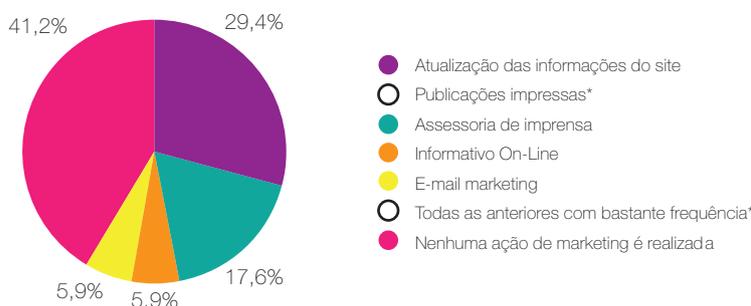
Escritório Contábil Dom Bosco

Mais de **40 anos** de exclusivo
compromisso com as entidades do 3º setor

5 a 9	Deficiência visual numa visão inclusiva: educação e reabilitação	São Paulo/SP	Fundação Dorina Nowill para Cegos	www.fundacaodorina.org.br
6 a 8	Ferramenta da ação participativa	Manaus/AM	Instituto de Pesquisas Ecológicas	www.ipe.org.br (11) 4597-1327
8 a 10	Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência	São Paulo/SP	Fundação Faculdade de Medicina	www.simparatodos.com.br
9	Atualização Contábil para o Terceiro Setor	Belo Horizonte/MG	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	Elaboração (fechamento) das demonstrações contábeis conforme as novas resoluções do CFC emitidas no ano de 2008 e 2009 e seus reflexos às entidades do Terceiro Setor	Porto Alegre/RS	Valore –Capacitação em Gestão	www.valoreweb.com.br (51) 3026-0012
15	Reconhecimento de marca, comunicação e marketing de projetos sociais – repaginado	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

ENQUETE

Realizar um planejamento de comunicação é essencial para o desenvolvimento da organização. Sua organização realiza que ações com frequência:



*Alternativas não obtiveram votos

O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico.

- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- ▶ Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

(11) 3872-1195

São Paulo

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar
Perdizes – São Paulo/SP - CEP 01150-001

www.sergiomonello.com.br

Filial Brasília - Centro Multiempresarial

SRTVS , Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000



Peças bordadas pelas Artesãs da Linha Nove

Artesãs da Linha Nove

O grupo de bordado e costura do Ateliê Acaia, Artesãs da Linha Nove, é formado por cerca de 30 mulheres – a maioria mães de alunos do Instituto Acaia –, moradoras da Favela da Linha, da Favela do Nove e do conjunto habitacional Cingapura Madeirit, nos arredores do Ceagesp, Zona Oeste de São Paulo. Desenvolvendo um artesanato sofisticado, com bordados em painéis, toalhas, colchas e jogos americanos, essas mulheres vão, aos poucos, deixando de lado suas atividades anteriores, trabalhos pesados e de baixa remuneração. Sob coordenação de Célia Maria dos Santos, Maria Gomes da Silva Cavalcanti e Maria Aparecida Ribeiro da Silva, as artesãs vendem seus bordados para lojas dos Jardins e da Vila Madalena, gerando renda para suas famílias. Elas também acabam de abrir uma microempresa para impulsionar a comercialização de seus produtos.

@ artesasdalinhanove@acaia.org.br

(11) 3499-0421

Divulgação



Capachos produzidos na Apaeb

Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb)

Fundada em 1980, a Apaeb é uma associação sem fins lucrativos que tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário, visando à melhoria da qualidade de vida da população da região sisaleira. A associação atua no desenvolvimento regional do sertão da Bahia por meio de um conjunto de ações que visam ao fortalecimento das famílias agricultoras. Entre as atividades produtivas e de comercialização, destaca-se o beneficiamento do sisal em 15 municípios do Estado. No processo de qualificação da mão-de-obra, realiza capacitações relacionadas à adoção de novas tecnologias para a conquista de novos mercados, mas sempre com a preocupação de que estas estejam apropriadas ao processo de convivência com o semiárido. Nesse sentido, desenvolve técnicas de reflorestamento, recuperação do solo com adubo orgânico e tratamento do lixo de forma correta, entre outras. O projeto conta com a participação de 600 famílias.

www.apaeb.com.br



Pufes ecológicos da Amazônia

Pufes com design moderno e criativo produzidos a partir de pneus velhos de Rondônia estão fazendo sucesso em exposições pelo Brasil. Coloridos, confortáveis e desenvolvidos a partir de parcerias com entidades comunitárias, os “pufes ecológicos da Amazônia” atraem a atenção até de empresários europeus, que querem conhecer a linha de produção e negociar a comercialização do produto rondoniense na Espanha. Preocupada com a preservação do meio ambiente, Izabel Cristina da Silva, técnica da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (Sedam) e educadora ambiental, está à frente do desenvolvimento do pufe ecológico. Além de pneus velhos, entram na composição do invento sementes, resíduos de madeira, fibras, cipó, cascas e folhas da flora local, além de tecidos. Com o projeto, a educadora pretende, até dezembro de 2009, trabalhar a geração de renda entre os confeccionistas locais, dentre eles um grupo de mulheres presidiárias que atuam junto à instituição União dos Voluntários de Rondônia.

Divulgação



Pufes criados a partir de pneus

@ pufecologico@hotmail.com

☎ (69) 9984-4569



Luís Carlos Miranda

Associação Terra Indígena Xingu (Atix)

Em seus nove anos de existência, a Associação Terra Indígena Xingu (Atix) tem atuação de destaque no Parque Indígena do Xingu (PIX), em Mato Grosso, especialmente no que se refere à proteção das fronteiras do parque e às ações de saneamento e educação. Isso lhe confere grande representatividade entre as 14 etnias que habitam a região, distribuídas em 49 aldeias e postos, e que falam diferentes idiomas. Com a busca de alternativas econômicas, como a apicultura, o objetivo da associação é ampliar a autonomia política e gerencial das comunidades do parque em ações que contam com a parceria do Instituto Socioambiental (ISA). Além do mel, os índios do Xingu dedicam-se ao artesanato e à extração de óleos vegetais. A região onde se situa o PIX é abundante em floradas, o que garante alta qualidade ao mel, conferindo ao produto condições para receber certificação internacional do Instituto Biodinâmico.

@ daikir@hotmail.com

☎ (66) 3478-1948 / (61) 3327-8085

As roupas que não servem mais



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Algo comum entre os viventes é acordar e se vestir, especialmente para frequentar o espaço coletivo. Abertura de olhos, espreguiçamento, lavagem de rosto e dentes e visita ao armário. Pronto. Corpos vestidos, mentes nuas, recorrentemente nuas no tecido das ideias. A repetição é a atual palavra de ordem, na profissão, na vida pessoal e na sociedade. Mais do mesmo. O ponto não é demonizar levemente a rotina, que pode gerar momentos valiosos de serenidade, mas reconhecer a armadilha que conduz à perda da capacidade de criar, pela falta de recreação.

“Viver não é preciso, criar é preciso.” Fernando Pessoa

Aquele que dizia que um charuto às vezes é apenas um charuto lançou também uma proposta em relação ao ato da criação. Dizia Freud que a “ideia é a ação ensaiando”. Em tempos de anestesia coletiva, o agir protagonista é ingrediente central de transformação, a partir da provocação que vem das ideias. Quando esse campo deixa de florescer, torna-se concreto, terminando em mais do mesmo. Ruim para a sociedade – que não se envolve e não propõe, vivendo de reclames –, ruim para as empresas – que dependem do capital humano para inovar e se manterem competitivas –, ruim para as relações pessoais – que carecem de ideias que afastem a rotina modorrenta. A avalanche de fardos pesa sobre as costas castigadas do indivíduo, que está na interseção de tudo.

“Triste não é mudar de ideia; triste é não ter ideia para mudar.” Francis Bacon

Em Estocolmo, Suécia, aconteceu um experimento pouco acadêmico, mas muito perspicaz e revelador. O desafio da companhia de trens era fazer com que as pessoas usassem mais as escadas normais do que as rolantes. Afinal, estas gastam mais energia e não estimulam a atividade física, além de provocar momentos de tumulto. Decidiram, então, tornar as escadas normais mais divertidas. Eureka! Durante a noite, prepararam os degraus como se fossem teclas de piano, com sensores e alto-falantes. Cada vez que alguém pisasse um degrau, o som da “tecla” soaria. O dia amanheceu e os transeuntes suecos começaram a reconhecer na proposta algo valioso. Uma quantidade 66% maior de usuários havia utilizado as escadas normais para subir ou descer. Quantas experiências divertidas fazem parte das escadas nossas de cada dia?

“Se no início a ideia não parecer absurda, não há esperanças para ela.” Albert Einstein

Se o leão é o rei da floresta, o ser humano é o rei da justificativa. Possível resultado da caminhada evolutiva, a farta distribuição de desculpas é esporte universal. Quase todos são capazes de enumerar argumentos que expliquem a tirania da repetição em vez da libertação pela criação. Compreender as razões é humano, desafiá-las é divino e necessário. O passo inicial é reconhecer que a criação é um músculo que se atrofia a partir do final da infância e segue esse rumo de adulteração enquanto o indivíduo se torna um adulto. No livro *Ponto de ruptura e transformação*, George Land apresenta os resultados de testes realizados com um grupo de 1,6 mil jovens nos Estados Unidos. No primeiro teste, as crianças tinham entre 3 e 5 anos, e 98% apresentaram alta criatividade; o mesmo grupo foi testado aos 10 anos, e o percentual caiu para 30%; aos 15 anos, somente 12% mantiveram um alto índice de criatividade. Teste similar foi aplicado a mais de 20 mil adultos, e somente 2% se mostraram altamente criativos. O desenvolvimento da criatividade requer coragem para abandonar a zona de conforto desconfortável e escapar da caverna de Platão, rompendo as correntes que impedem o pleno uso de nossa capacidade mental.

“Cheguem até a borda, ele disse. Eles responderam: temos medo. Cheguem até a borda, ele repetiu. Eles chegaram. Ele os empurrou... e eles voaram.” Guillaume Apollinaire

Mora no ser humano, além do potencial para a repetição que enferruja, uma transgressora lente que reconhece beleza e nutrientes criativos. A lente do olhar generoso, sinônimo de bagagem leve na alma, permite descobrir cenas cotidianamente poéticas. Ela vem pela decisão de encontrar beleza nos recônditos da vida, pequenos encontros relacionais, sorrisos breves e sem jeito, olhares agradecidos, músicas que combinam com o momento, cheiros e sabores que afagam o corpo físico, carinhos simples, textos bonitos e vento na cara. Tudo tão disponível, diariamente.

Quando provarem – no Dia de São Nunca – que o pessimismo e a visão pobre do rancor e do desamor ajudam a suplantar os degraus, pense em aposentar a lente. Por enquanto, não. Que tal deixar para trás as roupas que não servem mais e liberar espaço para a criação recreativa? Até porque, como lembra Adélia Prado, *“só pode com a tristeza quem não perdeu a alegria.”* 



Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

**Acreditamos no
aprimoramento
das Entidades
como fator de
desenvolvimento
do Terceiro Setor.**

TRABALHANDO PARA QUE O TERCEIRO SETOR FAÇA BEM A SUA PARTE



www.audisaauditores.com.br

MATRIZ - São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B
Perdizes - 01155-040
Fone: (11) 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

FILIAL - Rio de Janeiro/RJ
Praia de Botafogo 501 1º Andar - Bloco 1
Torre Pão de Açúcar- 22250-040
Fone/Fax: (21) 2586-6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

FILIAL - Porto Alegre/RS
Av. Getúlio Vargas, 901 - cjo 1504
Menino Deus - 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

FILIAL - Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/104
Boa Viagem - 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br

Feira e Congresso Internacional para ONGs Brasileiras



ONG Brasil

**3 a 5
Dezembro
2009**

**EXPO CENTER NORTE
Pavilhão Azul
São Paulo - Brasil**

**5ª e 6ª, das 9h
às 19 horas**

acesso exclusivo para profissionais
das áreas de Responsabilidade
Social de empresas e gestores do
Terceiro Setor

**Sábado, das 10h
às 20 horas**
aberto ao grande
público

NÃO IMPORTA QUAL A CAUSA DEFENDIDA POR VOCÊ OU A SUA EMPRESA

VISITE A ONG BRASIL

E TENHA A CERTEZA DE ENCONTRAR PESSOAS E EMPRESAS QUE OLHAM NA MESMA DIREÇÃO

- Mais de 500 expositores entre ONGs, Institutos e Fundações ligados ao governo ou a empresas
- Apresentações artísticas e venda de produtos feitos por diversas ONGs
- Banco de Voluntariado
- Fórum de Organização e Gestão para o Terceiro Setor, voltado à capacitação e profissionalização das ONGs
- Seminário de Gestão Socialmente Responsável com o objetivo de mostrar para as empresas que fazer o bem pode fazer bem para os negócios

Terceiro Setor, Governo e Iniciativa Privada unidos por um Brasil cada vez mais solidário, justo e sustentável

Organização:



United Business Media

Parceiro Oficial:



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
PARTICIPAÇÃO E
PARCERIA

Consultoria em
Responsabilidade Social:



Parceiro de Mídia:



PRNewswire
United Business Media

Acreditam na idéia:



www.ongbrasil.com.br

Para informações sobre como expor ou visitar: UBM Brazil • 11 4689-1935 • ongbrasil@ubmbrazil.com.br